

RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2012-2014)

Ao chegar ao final do mandato conferido pela VIII Convenção Nacional, realizada em novembro de 2012, a Mesa Nacional apresenta um relatório sobre a atividade do Bloco de Esquerda durante este período.

1. O ciclo da troika inaugurou a austeridade permanente

As consequências de três anos da política de austeridade da troika e do governo de Passos Coelho e Paulo Portas são hoje claras: o défice mantém-se descontrolado, a dívida externa apresenta valores históricos, a dívida pública atingiu valores recorde, acima dos 130%, o sistema bancário está fragilizado, a economia está dilacerada com o PIB a recuar quase 6%, o nível de emprego recuou 17 anos, o desemprego real atinge mais de um milhão de trabalhadores/as, a precariedade aumentou por via das alterações laborais, o risco de pobreza atinge mais de dois milhões, os salários regrediram aos níveis de há 20 anos, há quase 500 mil jovens que não estudam nem trabalham e já mais de 350 mil pessoas já emigraram, superando as taxas de emigração dos anos 60. O país está pior e as pessoas vivem pior.

A austeridade permitiu avançar com uma agenda de décadas, que se materializou no ataque ao Estado Social, (1) reduzindo a Escola Pública - com o encerramento de centenas de escolas, milhares de professores expulsos da profissão e desorçamentação do Ensino Superior, (2) enfraquecendo o Serviço Nacional de Saúde - com cortes orçamentais e esclerosamento dos serviços onde hoje faltam milhares de profissionais; (3) retirando meios à Segurança Social - com cortes nos apoios sociais, no subsídio de desemprego e no rendimento social de inserção; e realizando cortes sucessivos nos salários e no emprego público.

A reforma da administração local, realizada de costas voltadas para as populações, contribuiu para o isolamento do interior, com o encerramento de diversos serviços públicos e, mais recentemente, a reforma do mapa do judiciário e o crash do Citius provaram que para o governo tudo o que interessa é a manutenção do garrote.

A fúria privatizadora foi a outra marca de água deste ciclo, com a entrega aos privados de empresas estratégicas, como a EGF, os CTT, a REN, a Caixa Seguros, a EDP, os ENVC, a ANA, a TAP e, agora, as empresas de transporte de passageiros.

A política da troika teve oposição popular em manifestações de massas inéditas desde o 1º de maio de 1975 que obrigaram o governo e a troika a recuar. Quando a 15 de setembro de 2012 um milhão de pessoas tomaram as ruas de mais de 30 cidades contra as alterações à TSU o governo foi forçado a retirar a proposta. O movimento anti austeridade nacional e internacional ganhou força e apoios e a 14 de novembro de 2012 as greves gerais em Portugal e em Espanha inseriram-se num dia de ação europeia promovida pela Confederação Europeia de Sindicatos. A 2 de março de 2013 o movimento “Que se lixe a troika” organizou uma nova manifestação nacional contra a “reforma do Estado” e o corte de 4.000 milhões de euros nas funções sociais do Estado. A 13 de outubro de 2013 assistimos, em simultâneo, a uma marcha da CGTP e a protestos culturais na Praça de Espanha em Lisboa e em mais 20 cidades do país. No entanto, a conflitualidade social não se esgotou apenas nas mega-manifestações, tendo aumentado muito o número de greves e protestos sectoriais, sendo de destacar neste período a luta dos professores e dos professores contratados, dos médicos e dos enfermeiros, dos trabalhadores dos transportes públicos, dos funcionários públicos e dos estivadores. O Bloco e os/as seus/suas ativistas foram determinantes nestas mobilizações e estiveram sempre na linha da frente destes protestos, participando em igualdade e unidade com dezenas de ativistas de movimentos sociais e do movimento sindical.

Quando em julho de 2013 a crise política aberta pelas demissões de Gaspar e de Portas deixaram o governo à beira do colapso, foi Cavaco Silva que, de novo, veio salvar o governo com o auxílio do Partido Socialista que negociou longamente com Passos.

Depois desta crise o governo apostou tudo no “pós-troika” e na “saída limpa”, no entanto a propaganda não tinha nenhuma adesão à realidade e hoje já é claro que a austeridade é um projeto perpétuo cuja ferramenta principal é o Tratado Orçamental.

Após o colapso do BES ficou claro que o sistema bancário português está fragilizado. A intervenção no BES, com a criação de um “banco bom” e um “banco mau” e com o posterior abandono no Novo Banco da equipa de Vítor Bento, só pode ser considerada calamitosa. O dinheiro dos contribuintes injetado no Novo Banco nunca será recuperado na totalidade porque a instituição perde valor e credibilidade a cada dia. Para além

disso, os riscos de litigância relativamente à parte do “banco mau” trazem incertezas sobre novas faturas a passar aos contribuintes.

1.1 Eleições

Durante o mandato desta Mesa Nacional realizaram-se duas eleições: autárquicas (setembro 2013) e europeias (maio de 2014). Em ambas o Bloco não atingiu os seus objetivos, mas todos os seus/suas ativistas e militantes se envolveram na afirmação do projeto alternativo que preconizamos.

Nas autárquicas de 2013 o Bloco teve um resultado abaixo da eleição anterior, reduzindo de 3,02% para 2,42% o seu resultado nacional. Em Salvaterra de Magos não fomos capazes de manter a Câmara Municipal, reduzindo a sua votação para 27% e descendo de 4 para 2 vereadores. Em Lisboa apresentámos uma subida marginal (4,61% para a CML e 6,91% para a AML) o que nos permitiu a eleição de mais um deputado municipal, mas que não suficiente para a eleição de um vereador, devido à enorme concentração de votos no PS.

Os resultados obtidos na coligação que Bloco ajudou a promover no Funchal Madeira (39,2%) permitiram conquistar a Câmara e impor uma importante derrota ao jardimismo.

Mantivemos vereação nos Seixal, Moita e Entroncamento e recuperámos a vereação em Olhão. Pela primeira vez elegemos vereadores em Torres Novas e em Portimão com fortes subidas de votação, relativamente aos resultados de 2009.

Todas as listas de cidadãos que sustentámos tiveram resultados superiores aos do Bloco em 2009. Foi assim nas listas independentes que apoiámos em Coimbra (9,3%), Soure (7,95%), Braga (5,3%), Fafe (35,1%), Amares (30,4%), Beja (4,38%), Santa Cruz (64,4%) e Belmonte (26,3%).

Nas eleições europeias de 2014, o Bloco apresentou um programa que foi fruto de um debate programático aprofundado e alargado a independentes, que resultou numa conferência nacional em fevereiro. Elegemos Marisa Matias para o parlamento europeu, numa campanha onde estivemos unidos e empenhados. No entanto, não nos foi possível eleger um segundo eurodeputado como pretendíamos. É de assinalar a taxa recorde de abstenção atingida nestas eleições em Portugal (66%).

1.2 Mobilizações sociais

A contestação social à austeridade foi uma marca distintiva deste período, com centenas de greves, protestos sectoriais, vigílias, concentrações e manifestações.

14 de novembro de 2012 - Greve geral ibérica e dia de

luta e solidariedade em França, Itália e Grécia. Uma das maiores greves gerais da história recente do país contra a aprovação do OE 2013. Milhares de pessoas participaram na manifestação que aconteceu na tarde desse dia. O dia também ficou marcado por incidentes provocados pela polícia contra os manifestantes, tendo sido cometidas pelas forças de segurança várias detenções ilegais denunciadas pelo Bloco.

22 de novembro de 2012 - milhares de estudantes do Ensino Superior manifestaram-se contra a aprovação do Orçamento de Estado e contra a mercantilização do ensino.

27 de novembro 2012 - manifestação da CGTP na manhã da votação do OE para 2013 com milhares de trabalhadores a concentrarem-se frente ao Parlamento em Lisboa.

16 de fevereiro de 2013 - mobilização convocada pela CGTP em todos os distritos e regiões autónomas exigindo a demissão do governo e a saída troika de Portugal.

2 de março de 2013 - manifestação “Que se lixe a troika! O povo é quem mais ordena” durante a presença da troika em Portugal e que levou à rua centenas de milhares de pessoas em dezenas de cidades de todo o país e encheu o Terreiro do Paço em Lisboa contra a austeridade e a troika, exigindo a demissão do governo. O Bloco e os seus ativistas de todo o país empenharam-se neste esforço de resistência popular que levava a “Grândola Vila Morena” nas vozes.

25 de abril e 1 de maio de 2013 - muito mais do que manifestações a horas certas, estas mobilizações foram muito grandes quando comparadas com as dos últimos anos. Milhares de pessoas saíram à rua não só para celebrar abril e o dia do trabalhador, mas para afirmarem um futuro sem troika e sem austeridade.

20 de maio - manifestação convocada pelo “Que se lixe a troika!” com a palavra de ordem “Obviamente estão demitidos!” frente ao palácio de Belém aquando do Conselho de Estado convocado por Cavaco Silva.

1 de junho de 2013 - Protesto Internacional: Povos Unidos contra a troika! um protesto internacional contra a austeridade em simultâneo em Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, Chipre, Irlanda, Inglaterra, Escócia, Alemanha, Eslovénia, juntando milhares de pessoas na resposta internacional dos povos à crise.

17 de junho de 2013 - greve dos professores aos exames com adesão acima dos 90%. Nuno Crato, responsável pelo caos que criou ao avançar com um braço de força com os professores, foi obrigado a recuar.

22 de junho de 2013 - Marcha do Orgulho LGBT de Lisboa “Arco-Iris contra a Crise” celebrou a vitória da aprovação da coadopção e fez avançar a agenda dos direitos plenos e de novas conquistas, integrando tam-

bém o combate à crise e à austeridade nas suas reivindicações.

27 de junho de 2013 - foi um momento de convergência das lutas populares contra a austeridade, num momento crítico em que a oitava avaliação da troika iria aprovar um plano de cortes no Estado Social de 4.700 milhões de euros elaborado por Paulo Portas.

2 de julho - após a demissão de Vítor Gaspar, a saída de Paulo Portas levou centenas de pessoas aos Aliados no Porto e ao Marquês em Lisboa para exigir a saída de Passos Coelho.

19 de outubro de 2013 - a CGTP que tinha anunciado uma manifestação que iria passar a ponte 25 de abril a pé contra ao Orçamento de Estado de 2014. Apesar de não ter atravessado a ponte, centenas de pessoas desfilaram pela demissão do governo.

26 de outubro de 2013 - manifestação "Que se lixe a troika! Não há bicos sem saída!" recusando as inevitabilidades da austeridade, exigindo democracia e a demissão do governo.

12 de novembro de 2013 - manifestação convocada pelo movimento "Que se lixe a troika" sob o lema "A Merkel Não Manda Aqui" juntou centenas de pessoas em Lisboa aquando da visita da chanceler alemã a Portugal.

29 de novembro de 2013 - manifestação dos trabalhadores dos CTT em Lisboa contra a privatização da empresa.

5 de dezembro de 2013 - boicote dos professores à prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC).

4 de janeiro de 2014 - greve dos enfermeiros e enfermeiras da linha Saúde 24.

27 de janeiro a 10 de fevereiro de 2014 - greve dos Estivadores dos Portos de Lisboa, Setúbal, Sesimbra e Figueira da Foz.

1 de fevereiro de 2014 - concentrações e desfiles convocados pela CGTP nas capitais de distrito por um Dia Nacional de Luta contra a exploração e o empobrecimento.

6 de março de 2014 - manifestação das forças de segurança frente ao Parlamento, onde a polícia foi obrigada a recuar e os manifestantes tomaram a escadaria.

17 a 20 de março de 2014 - greve dos trabalhadores da Valorsul contra a privatização da EGF.

25 de abril de 2014 - celebraram-se os 40 anos da Revolução de Abril com manifestações fortes em todo o país. Os militares de abril recusaram participar nas cerimónias oficiais no Parlamento, porque a Presidente da Assembleia da República não lhes permitia tomar a palavra, assim, houve uma comemoração alternativa no Largo do Carmo com milhares de pessoas.

1 de maio de 2014 - manifestações do dia do trabalha-

dor em todo o país, com a CGTP a exigir o aumento imediato do salário mínimo e o fim da política de austeridade.

14 de junho de 2014 - manifestação sindical da CGTP no Porto.

21 de junho de 2014 - manifestação da CGTP em Lisboa com milhares de pessoas a exigir a demissão do governo.

21 de junho de 2014 - 15ª marcha do Orgulho LGBT de Lisboa sob o lema "Diversidade contra a Austeridade".

8 e 9 de julho de 2014 - greve dos médicos com manifestação nacional frente ao ministério da saúde em Lisboa.

15 de setembro de 2014 - "meet no MEC", manifestação dos professores contratados frente ao ministério da educação contra os erros na Bolsa de Contratação de Escola (BCE).

24 e 25 de setembro de 2014 - greve dos enfermeiros e manifestação frente ao ministério da saúde.

1.3 Trabalho

A Coordenadora Nacional de Trabalho (CNT), eleita na Mesa Nacional de 22 de Junho de 2013, desenvolveu o seu trabalho no sentido de aprofundar a disputa de influência social no mundo laboral, condição para o enraizamento de um partido de massas.

Em nome da competitividade este governo declarou guerra ao trabalho, com alterações ao código de trabalho que desequilibram profundamente as relações de trabalho, enfraquecem os direitos, liberalizam e embaatecem os despedimentos, impuseram o «banco de horas individual», incentivaram o pagamento do trabalho extraordinário e caminham para a liquidação da contratação coletiva, dos Acordos de Empresa (AE's) e dos sindicatos.

Aos sucessivos códigos do trabalho, de Bagão Félix a Vieira da Silva passando agora por Passos Coelho, une-os a visão agressiva da destruição dos direitos, do aumento da exploração e da diminuição dos custos do trabalho. A aposta é, claramente, na individualização das relações de trabalho.

Para reforçar o combate ao mundo laboral e defender salários e pensões realizámos as seguintes atividades:

- Acompanhámos o trabalho e as lutas de vários setores, nomeadamente os estivadores contra a liberalização dos portos, os funcionários públicos, os trabalhadores dos resíduos sólidos urbanos, os professores e os professores contratados, os enfermeiros, os médicos, os trabalhadores das empresas de segurança privada, os trabalhadores do setor auto-

móvel e indústrias conexas ou os precários.

- Contribuímos para o trabalho dos camaradas membros do Conselho Nacional da CGTP.
- Apoiámos e acompanhámos a intervenção e as eleições do Sindicato de Professores do Norte (onde uma lista unitária venceu as eleições em maio 2014), da CT do Banco de Portugal, da CT do INCM, da CT dos CTCP, da CT e sub CT dos CTT, e da CT MM.
- Estamos a preparar o apoio às eleições das CT da EFACEC/Engenharia, da REN e da Continental Mabor, que decorrerão nos próximos meses.
- Participámos no 15º Encontro de Sindicalistas do PEE, no dia 9 de Novembro 2013 em Paris.
- Realizámos a 29 de Novembro 2013 um Encontro Nacional sob o lema “Reforma ou Refundação do Estado?” com académicos, sindicalistas e deputados, com um documento base, uma boa participação. Deste encontro saiu o desafio da criação de um grupo de trabalho sobre os problemas específicos da Função Pública, ligado às diferentes funções do Estado.
- Envolvemos os ativistas da CNT na campanha europeia através das seguintes atividades: (1) Encontro Internacional Automóvel - dia 21 de Março 2014 - «O Sector Automóvel Europeu vs Emprego e Direitos» (“The European Automobile Sector vs. Employment and Labor Rights”) que funcionou por painéis, com importantes contributos e comunicações. Ficou-se de reforçar a intervenção quanto às lesões musculoesqueléticas e o desgaste rápido na montagem do setor automóvel; (2) realizámos um Encontro Nacional de Professores que correu de forma satisfatória, num aprofundamento sobre a ofensiva em curso contra a Escola Pública com a presença do deputado Luís Fazenda e membros dos sindicatos de professores do norte e da grande Lisboa; (3) recolhemos o apoio à candidatura de mais de 100 pessoas ligadas ao mundo do trabalho; (4) organizámos uma visita e reunião com os trabalhadores da NAV e com os trabalhadores da Continental; (5) realizámos um debate sobre políticas de pleno emprego à escala europeia com a presença de vários candidatos do Bloco; (6) participámos num encontro laboral em Braga.
- Na luta contra a privatização da EGF a CNT envolveu-se particularmente, articulando as lutas das diversas empresas, participando ativamente na greve da Valorsul e na manifestação de 6 de junho de 2014. Nesta campanha, fizemos divulgámos cartazes e comunicados à população, entrevistamos em debates públicos e, em conjunto com a Comissão Nacional Autárquica, contribuímos para a intervenção dos autarcas do Bloco contra esta privatização.
- Criámos um grupo de trabalho sobre a temática do desemprego em Lisboa que reúne regularmente e que já propôs aos autarcas do Bloco uma moção sobre os Contratos de Emprego Inserção (CEI). Este grupo está a trabalhar em formas de apoio aos desempregados, para além de uma campanha sobre a falta de dignidade com que os desempregados são tratados e estão a ser realizados contactos com outras distritais a fim de estender esta experiência.
- Promovemos uma reunião do grupo de trabalho dos STCP no dia 6 de junho de 2014 no Porto que projetou e concretizou no dia 4 de Julho uma reunião com a deputada Mariana Mortágua e elementos da CNT com representantes dos trabalhadores dos transportes do Porto.
- Reforçámos o apoio às coordenadoras distritais do trabalho, nomeadamente ao grupo de trabalho de Portalegre ou do Porto, que tem reunido dezenas de ativistas do Bloco. Temos vindo a melhorar a coordenação e a comunicação para uma maior ligação com as coordenadoras distritais ganhando-as para a importância da criação de grupos de trabalho para as questões laborais e da realização de plenários distritais de ativistas, dando dimensão distrital à nossa intervenção, nas empresas e setores.
- Para uma melhor difusão das propostas do Bloco e dos combates laborais que os bloquistas estão a realizar nas suas empresas e sectores para além das atividades da própria CNT, foi criada uma newsletter periódica que divulga textos publicados na área do trabalho do bloco.org, para além da actividade parlamentar. Esta newsletter é enviada aos/às bloquistas ligados ao mundo do trabalho e a todos/as que o solicitem.
- Convocámos o VII Encontro Nacional de Trabalho do BE, procurando-o fazê-lo em novos moldes e procurando dar contributos para a Convenção para a centralidade do trabalho no Bloco de Esquerda, no terreno da atual luta de classes, debatendo: Os Direitos individuais e coletivos e o futuro do sindicalismo (11 e 12 de Outubro 2014, em Lisboa).
- Decidimos realizar em 2015 o encontro nacional de Comissões de Trabalhadores e desenvolver, no próximo ano, as bases de uma rede de ativistas das Comissões de Trabalhadores.

2. Autarquias

Esta Comissão Nacional Autárquica foi eleita em Janeiro de 2013, na reunião da Mesa Nacional realizada após a VIII Convenção do Bloco. De um processo de auscultação bastante participado que envolveu todas as regiões e as sensibilidades representadas na Mesa Nacional,

resultou uma lista com 34 nomes, todos eleitos como membros da Comissão Nacional Autárquica.

No início do mandato, em 2 e 3 de Fevereiro, a CN Autárquica realizou as Jornadas Autárquicas 2013, no Porto – com mais de 200 participantes – que aprovaram o anteprojecto de Manifesto Eleitoral Autárquico, ratificado pela Mesa Nacional em Abril.

Em 21 meses de mandato e dois processos eleitorais pelo meio (autárquicas e europeias), a CN Autárquica realizou cinco reuniões, com resumos e conclusões publicadas no Correio da Mesa: Lisboa, a 23/02/2013; Lisboa, a 3/11/2013, que aprofundou o balanço das eleições autárquicas a nível regional; Marinha Grande, a 02/03/2014; Lisboa, 28/06/2014; e está agendada para meados de Outubro 2014 nova reunião, ainda antes da IX Convenção, dedicada às finanças locais: taxas e impostos municipais, FAM e orçamentos que estarão em agenda em Dezembro.

Neste mandato, a actividade da CN Autárquica centrou-se, naturalmente, no apoio político e jurídico à preparação das candidaturas autárquicas do Bloco e nas oito candidaturas de cidadãos que apoiámos. Só as impugnações judiciais dos “dinossauros” que fintaram a lei de limitação de mandatos e respectivos recursos até ao Tribunal Constitucional contam-se por largas dezenas.

Como foi reconhecido no balanço aprovado pela Mesa Nacional, o resultado das autárquicas 2013 saldou-se por uma derrota eleitoral do Bloco, apesar de alguns êxitos locais que devem ser valorizados e cuja experiência é fonte de aprendizagem.

Globalmente, registámos uma perda de votos e de mandatos:

- de 9 vereadores em 6 municípios (2009) para 8 vereadores em 7 municípios (2013);
- de 139 membros de Assembleias Municipais em 2009 para 101 em 2013;
- de 235 membros de Assembleias de Freguesia em 2009 para 144 em 2013.

No entanto, fruto de diversos acordos locais, reforçámos a presença em executivos de juntas de freguesia, o que coloca novos desafios e eleva o nível de responsabilidade política dos eleitos do Bloco, ao que a CN Autárquica tem procurado responder com apoio mais próximo e especializado.

Entre diversos pontos de agendas locais e autárquicas diversificadas, o Bloco tem estado na luta.

- Contra a privatização da água em alta e em baixa, inclusive sob a forma de concessões do grupo Águas de Portugal e de diversos municípios a privados, que se têm revelado ruinosos.

- Área Metropolitana de Lisboa – os votos dos eleitos do Bloco foram decisivos para o chumbo da lista do “bloco central”, presidida por António Costa, para a Comissão Executiva, órgão de eleição indireta e com estrutura antidemocrática, só foi eleito à segunda tentativa, depois de o PCP passar a indicar o Presidente (Demétrio Alves) e um vogal – para gerir o “bolo” de 300 milhões de euros de fundos comunitários; em coerência, os eleitos do Bloco mantiveram o voto contra.
- Direito de agendamento de pontos da ordem de trabalhos por parte dos eleitos, seja na Câmara, na Assembleia Municipal, na Assembleia ou Junta de Freguesia.
- Direito de iniciativa e de emenda das propostas dos executivos de Câmara e Junta por parte das respectivas assembleias municipais e de freguesia, com exceção das propostas de Orçamento e dos Relatórios e Contas, que só podem ser aprovados ou chumbados, mas não alterados. Contrariando a vulgata da “tradição autárquica” instituída, o direito de emenda existe e vem sendo exercido por diversas Assembleias Municipais, nomeadamente na fixação do IMI para 2015.
- Regime jurídico das Assembleias Distritais – Lei 36/2004, sobre o processo de transferência de património para os municípios, suas associações e Comunidades Intermunicipais, bem como as suas implicações para os direitos dos trabalhadores.
- 35 horas – Respeito pelos acordos com os sindicatos de trabalhadores da administração local para a reposição deste horário semanal, contra a imposição do banco de horas e da mobilidade, em coerência com o projeto de resolução apresentado pelo Bloco no parlamento.
- Campanha “NÃO FECEM O PAÍS – SEM ESCOLA NÃO HÁ FUTURO” – colocação de faixas, particularmente junto das mais de 300 escolas encerradas este ano letivo.
- FAM – Fundo de Apoio Municipal – Lei 54/2014 que sucede ao PAEL, a nova “troika” que liquida a autonomia local, colocando os impostos, taxas e tarifas no máximo, viabilizada por acordo com a ANMP, presidida por Manuel Machado (PS). O Bloco foi o único partido que veio a jogo no debate na especialidade com propostas que subvertiam o espírito centralista e antidemocrático desta lei.
- O Bloco foi a jogo na especialidade contra o pacote das novas leis de funcionamento e do regime jurídico das autarquias locais – Lei 75/2013 – e das Finanças Locais – Lei 73/2014.
- Anteprojecto de Lei do Bloco sobre a (re) integração

dos trabalhadores do SEL – empresas municipais a extinguir – nos quadros dos municípios.

- Contra a utilização de Contratos de Emprego Inserção e Contratos de Emprego Inserção+ no preenchimento de necessidades permanentes das autarquias – moções em diversas Assembleias.
- Impostos e taxas municipais – criação de taxa reduzida de IMI para habitação própria, repartida em % com o banco detentor do crédito, entre outras medidas.
- Inclusão social – respostas solidárias à crise que ultrapassem o mero assistencialismo, promovam uma cultura de cidadania, combatendo a exclusão, a xenofobia e a “inveja dos mais pobres”.

3. Reuniões e deliberações da Mesa Nacional

Durante este mandato a Mesa Nacional reuniu 11 vezes. Em 2012 realizou-se uma reunião a 24 de novembro. Em 2013 a Mesa Nacional reuniu cinco vezes, nos dias 26 de janeiro, 6 de abril, 22 de junho, 12 de outubro e 30 de novembro. Já em 2014 realizaram-se cinco reuniões a 25 de janeiro, 15 de março, 1 de junho, 7 de setembro e 4 de outubro.

Durante este período manteve-se a publicação do Correio da Mesa, com informação sobre a atividade das estruturas do Bloco, os documentos preparatórios das reuniões da Mesa, as minutas das reuniões anteriores e informação sobre a atividade do Bloco.

Na primeira reunião da Mesa nacional definiu-se como tarefa prioritária do Bloco a mobilização social e a luta parlamentar contra o Orçamento de Estado para 2013, tal como se verificou no apoio à greve geral de 14 de novembro de 2012.

A segunda reunião, já em 2013, aprovou a resolução “Todos à rua pela demissão do governo” numa altura em que o governo cavalgava “o regresso aos mercados”, apesar de tal só ser possível devido à intervenção do BCE nos mercados secundários; nesta reunião decidiu-se a participação nas mobilizações sociais que estavam a acontecer, como a da CGTP de 16 de fevereiro e a de 2 de março convocada pelo Que se lixe a troika! aquando da presença da troika em Portugal. Ainda nessa reunião, o Bloco manifestou o seu apoio à petição pelo aumento do salário mínimo e à iniciativa legislativa de cidadãos Lei contra a Precariedade, que juntou mais de 40 mil assinaturas.

Já em abril de 2013, a Mesa saudou a decisão do Tribunal Constitucional que julgou inconstitucionais as medidas do Orçamento de Estado que afetavam trabalhadores e pensionistas. O Bloco apresentou um programa de emergência social para responder à crise humanitária

vivida no país. Foi declarado a solidariedade com Chipre, onde o salvamento dos bancos tinha como moeda de troca políticas de austeridade draconianas e onde de novo se provaram os problemas da União Económica e Monetária.

A quarta reunião da Mesa debateu o apoio às mobilizações populares como a greve de professores de 17 de junho e a greve geral de 27 de junho que era um momento de convergências populares contra a Reforma do Estado que estava a ser preparada por Paulo Portas e que implicava o corte de 4700 milhões de euros nas funções sociais do Estado, desiderato protegido por Cavaco Silva e pela troika. A Mesa saudou ainda a primavera turca, a resistência do povo grego e a mobilização que se vivia no Brasil. No caminho para as eleições autárquicas de setembro de 2013, aprovou-se uma agenda intensa de campanha durante os meses de verão.

Na reunião de outubro de 2013, o Bloco reconheceu não ter atingido os seus objetivos nas eleições autárquicas de 29 de setembro, com os resultados nacionais a cair de 3,02% para 2,42%. Apesar disso, a campanha para as eleições autárquicas mobilizou toda a organização do Bloco de Esquerda, com um enorme empenho de candidatos e ativistas que foi valorizado. No período pré eleitoral empenhámo-nos na defesa da impugnação de candidaturas autárquicas em conflito com a lei de limitação dos mandatos. Foi decidida uma reflexão profunda sobre a intervenção local do Bloco, nomeadamente a articulação entre os vários planos de ação política, o apoio das estruturas nacionais e distritais aos eleitos e as respostas à pressão do voto útil que se sente de forma particular nestas eleições. Os maus resultados do PSD e do CDS nestas eleições determinou ainda um maior isolamento do governo, mostrando que a política de austeridade já não tinha credibilidade popular.

Na sexta reunião, em janeiro de 2014, a Mesa Nacional exigiu que o Presidente da República enviasse para fiscalização preventiva do Tribunal Constitucional o Orçamento de Estado Retificativo, que agravava a Contribuição Extraordinária de Solidariedade. A operação de propaganda do “pós-troika” avançada pelo governo apenas se materializava em austeridade perpétua. Nesse momento afirmámos que só a convocação de eleições antecipadas poderia oferecer uma saída democrática à crise que vivíamos. Convocou-se para 15 e 16 de fevereiro uma Conferência Nacional para debater as formas de enraizamento e intervenção do Bloco, bem como a orientação do partido para as eleições europeias. Finalmente, a Mesa saudou as mobilizações dos trabalhadores precários da Linha Saúde 24, dos Estivadores dos portos e dos controladores aéreos da NAV.

Na Mesa de março de 2014 debateu-se a necessária clarificação com o fim do programa de ajustamento e o logro da dicotomia “saída limpa”/“programa cautelar”.

O Bloco reafirmou que nesse momento se decidia entre a aceitação ou a recusa da austeridade permanente garantida pelo Tratado Orçamental europeu. A subida da dívida para 130% do PIB e o clamor que se criou na sociedade portuguesa e em todos os setores políticos exigindo a renegociação da dívida, provaram que o Bloco tinha razão ao longo dos últimos anos na exigência desta medida, que o governo e o PS se recusaram a aceitar. Expressou-se ainda a preocupação pela evolução da situação na Ucrânia e congratulou-se o grupo parlamentar pela aprovação do projeto-lei que converte a violação em crime público.

Em junho de 2014 a resolução sobre “Portugal, a Europa e o Bloco depois das eleições europeias” assinalava que os resultados tinham sido maus para o Bloco de Esquerda, apesar da força do programa que havia resultado de um aprofundado debate na conferência de fevereiro. A candidatura de Marisa Matias demonstrou uma orientação forte e uma política alternativa e o Bloco foi uma força presente em todo o território graças aos/às seus/suas ativistas. Essa motivação permitiu-nos manter a representação no parlamento europeu. Os resultados eleitorais na Europa mostraram que os cidadãos estão descontentes com as políticas de austeridade levadas a cabo por um Diretório de uma única potência e que, por isso, muitos procuraram soluções nacionais. Nesta reunião foi convocada a Convenção Nacional para os dias 22 e 23 de novembro em Lisboa.

Na reunião de setembro de 2014 a Mesa denunciou a fragilidade do sistema financeiro que se comprovou cabalmente com o colapso do Espírito Santo. A divisão do BES em “banco bom”/“banco mau” e a propaganda de que os contribuintes não iriam ser lesados foi debatida e o Bloco apresentou a proposta de nacionalização do Novo Banco e o controlo público do sistema bancário, condição para travar os sucessivos colapsos do sistema financeiro e garantia de que existe crédito disponível para investimento que permita a recuperação económica. O ataque sistemático do governo ao Estado social, verificado no encerramento de serviços e desorçamentação do Serviço Nacional de Saúde, do péssimo início do ano judicial e do ano escolar, a par do encerramento das escolas em todo o país, foram alvo de censura. A agressão Israelita em Gaza e a espiral da guerra na Ucrânia foram condenados. O regulamento do processo preparatório da IX Convenção Nacional foi aprovado.

4. Campanhas, Iniciativas Nacional e Agitação de Rua

Durante este mandato o Bloco de Esquerda organizou mais 600 iniciativas, debates, sessões públicas, comícios e ações de agitação.

Ainda em dezembro de 2012 foi realizado o Encontro

Autárquico, para além de uma sessão sobre Gaza e várias sessões e plenários.

No início de 2013, em fevereiro, organizamos as Jornadas Nacionais Autárquicas do Bloco no Porto. Em março o grupo Parlamentar realizou as suas jornadas em Aveiro e em Lisboa a concelhia organizou um colóquio sobre pobreza. O Bloco esteve presente com cortejo próprio na manifestação de 2 de março. A iniciativa Inconformação 2013 teve lugar já em abril, mês em que também se preparou uma homenagem ao Miguel Portas e participámos na manifestação do 25 de abril. Em maio o Bloco teve cortejo na manifestação do dia do Trabalhador. Em junho foi realizada uma conferência em Lisboa sobre o tema do Euro. Ainda em julho de 2013, o Acampamento Liberdade levou centenas de jovens a S. Pedro do Sul.

Durante os meses de maio, junho, julho e agosto o Bloco envolveu-se na pré campanha autárquica, intensificando o número de sessões, arruadas, visitas, comícios, comícios de verão e apresentações de candidaturas por todo o país, num total de 181 iniciativas.

A reentré do Bloco fez-se no Socialismo 2013 em setembro que contou com centenas de ativistas em Lisboa. Devido às eleições autárquicas a atividade central foi abundante, com mais de 90 iniciativas em todo o país de forma a acompanhar as candidaturas nos diversos concelhos.

Já em Outubro o Bloco orientou os seus esforços para a contestação ao Orçamento de Estado para 2014, tendo participado nas manifestações da CGTP e do “Que se lixe a troika!”. Em novembro lançámos uma campanha de rua contra o Orçamento que passou pelos vários distritos, tendo ainda sido realizada uma iniciativa sobre a Dívida Pública.

A Convenção Regional dos Açores abriu as iniciativas do ano de 2014, a que se seguiu, no mesmo mês de janeiro, a Convenção Regional da Madeira e as Jornadas Parlamentares em Braga. Em fevereiro apresentámos um Roteiro para a Saúde que percorreu vários concelhos e o Bloco fez a sua II Conferência Nacional em Lisboa. A 28 de fevereiro iniciaram-se um conjunto de jantares-comício de celebração dos 15 anos do Bloco de Esquerda. A Conferência Estudantil teve lugar em março e as jornadas parlamentares de abril foram realizadas no Algarve. Ainda em abril, o Bloco organizou uma mostra de cinema insubmisso, o Desobedoc no Porto, onde também foi realizado um comício com Marisa Matias e Alexis Tsipras (Syriza) no Cinema Batalha.

As eleições europeias de maio ocuparam a agenda do Bloco neste mês, onde mais de 80 arruadas, distribuições, reuniões, visitas, sessões e comícios ocorreram por todo o país.

Em junho de 2014, e tendo em conta os resultados das

eleições europeias no Estado espanhol, o Bloco trouxe a Portugal Teresa Rodríguez, do Podemos, para uma sessão no Largo de S. Pedro de Alcântara. Em julho a atividade central foi o Acampamento Liberdade 2014. Finalmente, em agosto, o reinício das atividades deu-se em Évora, no Socialismo - fórum de ideias à esquerda, que se revelou um dos mais participados de sempre. Em setembro o Bloco empenhou-se nas manifestações dos professores e dos enfermeiros e organizou uma sessão no ISCTE sobre o caso BES com Nicolau Santos, Francisco Louçã e Mariana Mortágua. Finalmente, nos dias 11 e 12 de outubro, a Coordenadora do Trabalho irá organizar o VII Encontro Nacional do Trabalho.

5. Atividade Parlamentar

Nas duas últimas sessões legislativas na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresentou 99 projetos de lei e 193 projetos de resolução. Para além desta produção legislativa, o BE fez pleno uso dos seus poderes de fiscalização, tendo apresentado 1272 perguntas e 4486 requerimentos.

O Bloco de Esquerda conseguiu aprovar 11 dos seus projetos de lei e 25 dos projetos de resolução apresentados e foi, na última sessão legislativa, o partido da oposição com mais projetos de lei aprovados.

Em todas as áreas de intervenção do Bloco nestas duas últimas sessões legislativas provamos que existem propostas e um programa alternativo ao programa de destruição de quem assinou o memorando da troika.

Foram realizadas jornadas parlamentares nos distritos de Aveiro, Braga e Faro. De entre as várias iniciativas apresentadas nestes momentos, destacam-se as que foram anunciadas nas últimas Jornadas Parlamentares: a exigência de um referendo ao Tratado Orçamental e a exigência de que o cargo de deputado seja desempenhado em exclusividade, como forma de impedir a promiscuidade entre cargos públicos e negócios privados.

Estas propostas revelaram a sua importância na forma como a Direita foi obrigada a reagir e a responder às mesmas. A Direita, com medo de que a população se pronunciasse sobre o Tratado Orçamental veio falar da inconstitucionalidade de tal Referendo. O Bloco de Esquerda mostrou e provou que esse ato não só não era inconstitucional, como era uma exigência da democracia e fundamental na luta contra a austeridade.

Da mesma forma, o debate em torno da obrigatoriedade de exclusividade de funções por parte dos deputados eleitos à Assembleia da República gelou o arco dos interesses políticos em Portugal, pois pretende acabar com a promiscuidade entre público e privado e com os casos de deputados que estão no Parlamento, não a trabalhar para a população que os elegeu, mas sim para empresas

e interesses particulares que os controlam.

O COMBATE AOS ORÇAMENTOS DA AUSTRERIDADE

Os Orçamentos de Estado apresentados nos anos de 2012 e 2013 na Assembleia da República tiveram sempre a mais veemente oposição do Bloco de Esquerda. Dessa oposição resultaram pedidos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade dos Orçamentos de Estado, o que levou a várias declarações de inconstitucionalidades em medidas de austeridade que o Governo queria aplicar à população.

Em relação ao Orçamento de 2013, foram chumbadas as medidas do Governo que pretendiam cortar o subsídio de férias a funcionários públicos e pensionistas, assim como as medidas que reduziam os subsídios de doença e de desemprego e que previam cortes nos contratos de docência e investigação.

Já em relação ao Orçamento de 2014, o Tribunal Constitucional veio declarar inconstitucionais os cortes salariais, o corte nas pensões de sobrevivência e a redução dos subsídios de doença e de desemprego.

Ao todo, este Governo e a sua maioria parlamentar já foram chumbados 9 vezes pelo Tribunal Constitucional, num total de dezenas de medidas declaradas inconstitucionais.

LUTAR POR UMA ECONOMIA AO SERVIÇO DAS PESSOAS

Batemo-nos contra as privatizações de todo e qualquer bem ou serviço público. Por isso, apresentamos iniciativas legislativas contra a privatização dos transportes urbanos do Porto e de Lisboa, linhas suburbanas da CP, TAP, ANA, Estaleiros Navais de Viana do Castelo, CTT ou Empresa Geral de Fomento. Apresentamos ainda projetos para que se salvaguardasse a gestão pública da água e dos resíduos sólidos.

Recusamos a receita da austeridade e o garrote da dívida sobre o povo e defendemos sempre que era necessário um programa de desenvolvimento, de valorização do trabalho e de reposição do poder de compra dos portugueses. Por isso apresentamos iniciativas legislativas pela renegociação da dívida e pela denúncia do memorando da troika, apresentando alternativas em defesa das pessoas.

Recusamos o aumento de tarifas nos transportes públicos e propusemos medidas para a sustentabilidade económica e financeira dos mesmos; lutamos contra as portagens nas ex-Scut e contra a introdução de novas portagens na autoestrada transmontana; exigimos que o défice tarifário na eletricidade não fosse pago pelos consumidores e o fim das rendas parasitárias.

Propusemos a reposição do IVA na restauração nos 13% e a fixação do IVA na eletricidade e no gás engarrafado em 6%, aliviando o comércio e sobre bens essenciais para as famílias. Exigimos ainda a fixação de uma taxa travão para acabar com os juros abusivos cobrados pela banca e exigimos que a banca que foi resgatada com dinheiro público fosse obrigada a financiar a economia. Avançamos ainda com propostas no sentido de avançar com um regime de IVA de caixa e de criar regras claras e transparentes na formação dos preços de combustíveis.

Propusemos medidas que facilitem o acesso ao crédito à habitação por parte de cidadãos com deficiência, facilitando o direito à habitação. Combatemos o abuso dos bancos sustentando a gratuitidade no acesso a serviços mínimos bancários, protegendo os cidadãos mais pobres das comissões abusivas cobradas pelos bancos.

LUTAR PELO TRABALHO COM DIREITOS E PELA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO

Apresentamos várias iniciativas legislativas para o aumento do salário mínimo nacional, por um trabalho com um salário digno. Defendemos também iniciativas para impedir o trabalho não remunerado no Estado, restringir o recurso ao trabalho temporário, acabar com os falsos recibos verdes e reduzir o horário de trabalho. Propusemos que para funções permanentes seja obrigatória a existência de um contrato de trabalho, combatendo a precariedade.

Apresentamos um projeto de lei para regulamentação do Fundo de Garantia Salarial, para que este pudesse ser acionado no caso de atraso no pagamento de salários a trabalhadores; apresentamos ainda a facilitação do acesso ao Fundo de Compensação Salarial por parte dos profissionais da pesca.

Exigimos do Governo o aumento de todas as pensões mínimas, assim como a ratificação por Portugal das recomendações da OIT sobre trabalho doméstico, garantindo direito ao salário e a descanso semanal a todos os trabalhadores domésticos.

Da mesma forma, propusemos a semana de trabalho de 35h para todos os trabalhadores e trabalhadoras e exigimos que o Governo publicasse todos os acordos coletivos que consagram as 35 horas na administração pública.

Propusemos ainda o reforço da proteção no desemprego e o combate à pobreza por via da reposição no direito ao acesso a prestações sociais.

Inovamos no combate ao trabalho forçado, com a responsabilização de toda a cadeia de contratação, acabando com o vazio legal que desresponsabiliza os proprietários das obras ou explorações.

DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Batemo-nos pela liberdade e pelos direitos individuais, combatendo o preconceito, a discriminação e a violência. Nesse sentido apresentamos projetos de lei para reforçar a proteção a vítimas de tráfico de pessoas, para reforçar a autonomia das organizações não-governamentais de mulheres, para tornar a violação um crime público e para autonomizar o crime de mutilação genital feminina. O Bloco de Esquerda apresentou ainda iniciativas para combate à perseguição de mulheres e ao assédio sexual. Propusemos projetos para a adoção por parte de casais do mesmo sexo combatendo a discriminação introduzida pelo governo PS. Defendemos que os imigrantes tenham igualdade no acesso a apoios sociais. Sustentamos uma outra política de drogas permitindo a legalização do auto cultivo de canábis.

Fizemos ainda recomendações para a adoção de medidas sobre as praxes académicas para combater o abuso e o regime de dominação/submissão; recomendamos a regularização contratual dos enfermeiros da Linha 24 Saúde ou no sentido de proteger as famílias com dificuldade no pagamento do seu crédito à habitação, permitindo-lhes o acesso a uma via de renegociação das condições do seu crédito e protegendo-as contra as pressões de credores.

Defendemos a garantia do direito de acesso aos bens de primeira necessidade (água e eletricidade). Insistimos na revogação nos decretos que cortaram abono de família e que reduziram apoios sociais, como o rendimento social de inserção e o complemento solidário para idosos.

LUTAR PELO ESTADO SOCIAL

Na área da Educação batemo-nos pela implementação do acesso universal aos manuais escolares, pelo estabelecimento de uma amnistia pelo incumprimento do pagamento de propinas e pela isenção do pagamento de propinas para o ano de 2013/2014, assim como o fim de critérios abusivos que impediam o acesso a bolsas de ensino no caso dos pais dos alunos terem dívidas às Finanças ou à Segurança Social. Fizemos várias propostas no sentido da impenhorabilidade de bens de estudantes por dívidas decorrentes do não pagamento de propinas. Propusemos ainda um regime de vinculação dos professores contratados e a abertura de um concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema.

Recomendamos um plano de emergência para o fim dos contentores nas escolas, o reforço do investimento público na Educação e a adoção de medidas de reforço do acolhimento e acompanhamentos dos alunos imigrantes.

Na área da Saúde tivemos uma afirmação sempre pre-

sente em defesa do Serviço Nacional de Saúde e de cuidados de saúde para todos. Propusemos um regime especial de comparticipação de medicamentos destinados a portadores de doenças raras, a isenção de encargos com transportes não urgentes, a eliminação das taxas moderadoras no acesso ao SNS, a reorganização funcional da rede de serviços de urgência e a regulamentação do Estatuto de Dador de Sangue. Propusemos ainda a inclusão de novas vacinas no Plano Nacional de Vacinação e medidas para garantir que os doentes têm acesso aos medicamentos de que necessitam e que estes são disponibilizados atempadamente.

Batemo-nos fortemente contra o encerramento de hospitais, unidades de saúde e da maternidade Alfredo da Costa e denunciámos a reorganização hospitalar que o Governo pretendia esconder numa Portaria e que pressupõe a perda de inúmeras valências em vários centros hospitalares do país. Em alternativa aos cortes na saúde propusemos o investimento público na melhoria do SNS e dos serviços de saúde prestados, defendemos a contratação de mais enfermeiros para o SNS e a obrigatoriedade de discussão pública em torno da reorganização hospitalar.

LUTAR PELA PROTEÇÃO DO AMBIENTE, DA AGRICULTURA E PESCA E DO TERRITÓRIO

Na luta pela proteção e preservação do ambiente, o Bloco de Esquerda levou ao Parlamento a proposta pela suspensão das obras da barragem de Foz Tua. Recomendamos ainda que Portugal proibisse a importação de organismos geneticamente modificados, assim como a exploração e extração de gás de xisto. Apresentamos medidas para a proteção e valorização do montado e para a revogação da Lei dos Baldios.

Na prossecução da defesa da agricultura e da pesca e dos agricultores e profissionais da pesca, o Bloco de Esquerda defendeu a construção urgente do Porto de Pesca de Tavira e desassoreamento dos canais de navegação, medidas de valorização da arte xávega, a criação de um balcão para os pequenos agricultores afetados pelas novas normas de fiscalidade, medidas para a proteção e valorização da produção de bivalves no Algarve, medidas para a valorização da pera rocha e para garantir preços justos ao produtor e a Casa do Douro e os seus trabalhadores.

Intervimos na discussão da Lei de Bases dos Solos propondo a cativação pública das mais-valias urbanísticas.

Opusemo-nos à lei que levou à extinção de freguesias por todo o país sem qualquer auscultação da população e da realidade do território. Por isso propusemos a revogação do Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica e a adoção de um regime

de audição e participação das autarquias locais e populações no processo legislativo. Opusemo-nos também ao novo regime de Arrendamento Urbano que leva a um aumento incontrolável de rendas para muitos inquilinos.

CULTURA, ARTE E COMUNICAÇÃO

Num país onde não há qualquer investimento na cultura ou na criação artística, o Bloco de Esquerda apresentou o seu programa para acabar com esta situação: defendemos o financiamento capaz e a autonomia dos serviços públicos de cultura (teatros, bibliotecas, arquivos, museus), a proteção social dos profissionais das artes e o especial estatuto dos bailarinos, propusemos abertura de concursos de apoio às artes e a abertura de concursos para financiamento ao cinema e ao audiovisual. Recomendamos que o Turismo Cultural fosse considerado estratégico e que fosse integrado no Plano Nacional de Turismo e propusemos ainda que fosse criada uma rede pública de cinema e a modernização dos cineteatros municipais, cineclubes e outros recintos de cinema.

Batemo-nos ainda pela manutenção da produção de informação e de programas no centro de produção da RTP-Porto, pela manutenção do serviço público da RTP e pela transparência da propriedade dos meios de comunicação.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES DE INQUÉRITO

No período em causa realizaram-se várias comissões de inquérito, com uma participação relevante do Grupo Parlamentar. As comissões de inquérito realizadas foram: Comissão de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Sector Rodoviário e Ferroviário; Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público; Comissão Parlamentar de Inquérito para Apuramento das Responsabilidades pelas Decisões que Conduziram ao Processo de Subconcessão dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; Comissão Parlamentar de Inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares; Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate;

Em todas as comissões de inquérito, apesar da capacidade da maioria parlamentar em determinar o conteúdo dos relatórios finais produzidos, a participação do BE permitiu o acesso a informação e esclarecimentos politicamente úteis.

6. Coordenadora Nacional de Estudantes do Bloco de Esquerda e coordenadoras e núcleos locais de estudan-

tes

Nos últimos dois anos, a Coordenadora Nacional de Estudantes do Bloco de Esquerda e as coordenadoras e núcleos locais de estudantes procuraram desenvolver três tipos de atividades: (a) organização de movimento estudantil e presença nas universidades e escolas secundárias; (b) espaços de formação política para estudantes e jovens; (c) iniciativas de convívio e contra-cultura com especial incidência nos meios estudantis e juvenis.

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Inconformação 2013, dias 12, 13 e 14 de Abril, Porto
- Acampamento Liberdade 2013, S. Pedro do Sul
- Acampamento Liberdade 2014, S. Pedro do Sul
- Fórum “O Princípio da Universidade”, 1 de Março de 2014, Lisboa
- Panfleto dirigido ao Ensino Superior, Maio de 2013
- Festa e concerto “Bloco Arruaça o Rato”, 25 de Outubro de 2013, Lisboa
- Festa Basca, 21 de Dezembro de 2013, Lisboa
- Ação sobre exames do secundário, Junho de 2013, Lisboa
- Dinamização do grupo de jovens da campanha europeia com a criação de um panfleto (Bazem Airlines), de uma ocupação simbólica na Praça da Alegria e de uma ação performativa no Metro de Lisboa.
- Alargamento da influência estudantil dos ativistas do Bloco em seis associações de estudantes (FLUP, ISCTE, Teatro e Cinema, FCUL, FML e Secundária da Feira), quatro coletivos estudantis (na UM, NovaSBE, FCSH, Artigo 74º), Conselhos Gerais (ISCTE e ESTC), pedagógicos (ISCTE, ESTC e FLUP) núcleos e comissões de estudantes (ISCTE, UTAD, FEUP, FCUP) e outros órgãos como Conselhos de Acção Social ou Mesas de RGA (ESTC, ISCTE e ICBAS).

7. Parlamento Europeu

Relativamente à Delegação do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu, cumpre prestar contas quer do final do mandato da 7ª Legislatura, quer do início do mandato da 8ª Legislatura a 1 de Julho de 2014.

Entre Novembro de 2012 e 30 de Junho de 2014, a delegação do BE/PE era composta por duas deputadas, Marisa Matias e Alda Sousa. A Marisa Matias foi coordenadora do GUE/NGL na Comissão de Indústria, Investigação e Energia (ITRE) e membro da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários (ECON), e a Alda Sousa foi coordenadora do GUE/NGL na Comissão dos Orçamentos (BUDG) e membro da Comissão de Ambiente, Saúde

Pública e Segurança Alimentar (ENVI).

Foi nestas comissões que se discutiram os principais relatórios que consubstanciaram as respostas respostas austeritárias e recessivas à crise económica e financeira, quer no âmbito das políticas económicas, quer no domínio das opções orçamentais da UE.

Das resoluções sobre o tratado orçamental, passando pelos pacotes legislativos que compõem a chamada governação económica, visto prévio aos projectos de orçamento dos países com défice excessivo, semestre europeu, mecanismo único de supervisão bancária, aos orçamentos europeus e ao novo orçamento plurianual da UE, ou quando votou contra a possibilidade de a Comissão e do Conselho suspenderem, parcial ou totalmente, os fundos estruturais já contratualizados com o Estado-Membro, em caso de incumprimento das metas macroeconómicas (défice, dívida, desequilíbrios macroeconómicos, etc.) que na realidade constituem uma dupla sanção para os países intervencionados, o Bloco de Esquerda esteve do lado da contestação às políticas de perpetuação da austeridade, na apresentação de alternativas a estas, e na defesa dos direitos sociais, dos trabalhadores, dos desempregados, dos pensionistas, e de uma mais justa redistribuição dos recursos.

Alda Sousa, no âmbito da comissão BUDG bateu-se eliminação dos privilégios dos deputados e na reutilização dessas verbas de forma mais justa, mas também pela defesa dos intérpretes e tradutores, em nome do direito ao multilinguismo, considerados por muitos como orçamentalmente supérfluos. Também, se bateu por uma melhor redistribuição das verbas, quer em termos de orçamento anual, quer do próximo quadro financeiro plurianual visivelmente diminuto face às necessidades, especialmente com vários Estados Membros sob sob programas de ajustamento.

Alda Sousa deu continuidade à luta iniciada por Miguel Portas, no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, que visa auxiliar as vítimas de despedimentos colectivos, e procurou não só reforça-lo, como ampliar os critérios de concessão do mesmo, e agilizar o processo.

Marisa Matias foi responsável pelo relatório sobre a actividade do BCE em 2011. Num processo muito disputado e complicado de negociações, que se arrastou até 2013, conseguiu que fosse aprovado em comissão (por um voto), e pela primeira vez, um relatório verdadeiramente crítico à actuação do BCE. Posteriormente, após a votação em plenário, Marisa Matias pediu para retirar o seu nome do relatório final, em resultado da aprovação das alterações propostas pela direita, que retiravam do texto todas as referências críticas ao BCE enquanto membro da Troika, e a proposta que obrigava o BCE a devolver aos países sob intervenção, os lucros resultantes dos processos de compra e venda no mercado secun-

dário dos títulos de dívida pública.

Ao nível dos direitos humanos, da cidadania e das políticas de imigração, o caminho também foi o da regressão, a UE reforçou os muros, reforçou as políticas securitárias como o Frontex e o Eurosur e chorou Lampedusa apenas para as fotografias. Mas a nível interno também se tornou mais evidente que a liberdade de circulação e de estabelecimento afinal tem limites, e assistimos à expulsão de cidadãos europeus por parte de outros Estados Membros, bem como à proliferação de denúncias de situações de escravatura, ou de situações de dumping social. A delegação do Bloco de Esquerda fez destas matérias também um dos principais eixos de intervenção no Parlamento Europeu, através das intervenções em plenário, de propostas de resolução e de perguntas escritas dirigidas à Comissão Europeia e/ou ao Conselho, por exemplo sobre a situação de vários imigrantes portugueses no Luxemburgo que foram expulsos da residência de acolhimento em que viviam, (que incluiu duas visitas da Marisa Matias ao Foyer em causa para contactar directamente com os trabalhadores) ou a sobre os cidadãos europeus sujeitos a situações de escravatura. Foram ainda dirigidas várias cartas à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Catherine Ashton, nomeadamente sobre a situação na Cisjordânia e na Faixa de Gaza.

As deputadas do Bloco participaram ainda em várias manifestações e acções de rua em defesa dos direitos das mulheres, da igualdade de género, dos direitos LGBTI. Recentemente, as deputadas do BE estiveram presentes na Manifestação em Bruxelas contra a alteração da lei do aborto no estado espanhol, e lançaram uma petição no PE contra o referendo da coadopção em Portugal. Também recentemente Alda Sousa promoveu um processo de recolha de assinaturas entre os deputados europeus, para uma carta que foi enviada para o primeiro-ministro belga, em defesa dos direitos de quase 200 afegãos que viviam há meses refugiados numa igreja, e a quem o estado belga não quer reconhecer o direito de asilo. Marisa Matias e Alda Sousa participaram também na Marcha dos “sem papéis” que vindo de várias partes do mundo confluíram em Bruxelas.

A Investigação foi outro dos domínios de maior intervenção das eleitas do Bloco. Marisa Matias foi relatora do Parlamento para a definição do Quadro Comum Estratégico de Financiamento da Investigação e Inovação, que estabeleceu as bases e o desenho do que viria a ser o Programa Horizonte 2020 – o programa europeu que define o financiamento europeu da investigação e inovação entre 2014 e 2020, propondo um reforço de verbas e uma melhor redistribuição geográfica das mesmas, e consagrando um aumento significativo de apoios ao trabalho científico e à atribuição de bolsas no quadro do financiamento europeu. Posteriormente viria a ser relatora da Agenda Estratégica para a Inovação do EIT e re-

latora sombra dos restantes 5 relatórios que compunham o pacote legislativo do Horizonte 2020.

No âmbito da investigação foi também relevante o trabalho de Alda Sousa, que, no âmbito da Comissão de Orçamentos, se bateu para que estas propostas pudessem ter sucesso.

A delegação do Bloco continuou a ter um papel preponderante na área da saúde. Alda Sousa foi relatora sombra da proposta de regulamento dos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano, no qual se bateu pela inclusão das comissões de ética, bem como dos relatórios relativos aos dispositivos médicos e aos dispositivos médicos *in vitro* no âmbito dos quais apresentou várias propostas destinadas a garantir a segurança dos mesmos para a saúde dos pacientes.

As deputadas do Bloco de Esquerda bateram-se pela defesa do direito à privacidade dos dados dos cidadãos, outro dos pontos fortes deste mandato, pedindo, por exemplo, explicações sobre o escândalo do PRISM/NSA, e solicitando à Comissão Europeia que cessasse de imediato as negociações do Acordo de Livre Comércio (TTIP) com os Estados Unidos.

Marisa Matias e Alda Sousa subscreveram várias resoluções sobre os direitos humanos nestes países, bem como em defesa da auto-determinação dos povos.

Esta é apenas a face mais visível e quantificável do trabalho da delegação. Não inclui os milhares de emendas apresentadas, as horas de negociações infindáveis de relatórios, pareceres, resoluções, compromissos, trólogos, participação em debates e outras iniciativas, nem os muitos grupos de escolas, movimentos sociais e de militantes que levámos ao Parlamento Europeu.

De Novembro de 2012 a 30 de Junho de 2014 (final da 7ªLegislatura), as deputadas do Bloco de Esquerda:

Foram autoras de 4 Relatórios: (1) Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Programa Estratégico de Inovação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT): a contribuição do EIT para uma Europa mais inovadora (Marisa Matias); (2) Relatório sobre o Relatório anual 2011 do Banco Central Europeu. (No final do debate Marisa Matias pediu para que o seu nome fosse retirado do Relatório em resultado de alterações aprovadas no voto final que eliminaram do Relatório todas as referências críticas ao BCE enquanto membro da Troika, eliminando igualmente a proposta que obrigava o BCE a devolver aos países sob intervenção da Troika os lucros resultantes dos complexos processos de compra e venda de títulos de dívida pública); (3) Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, nos termos do ponto 28 do Acordo Interinstitucional, de 17 de maio de 2006, entre o Parlamento Europeu, o

Conselho e a Comissão, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (EGF/2013/000 TA 2013 - assistência técnica por iniciativa da Comissão) (Alda Sousa); (4) Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, nos termos do ponto 28 do Acordo Interinstitucional, de 17 de maio de 2006, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (candidatura «EGF/2012/006 FI/Nokia Salo», Finlândia) (Alda Sousa).

A acompanharam como relatoras sombra, isto é, em nome do grupo parlamentar a que pertencem, a elaboração do relatório pelo respectivo autor, debates, propuseram emendas, negociaram os compromissos e acompanharam as negociações com o Conselho e a Comissão Europeia, 23 Relatórios: (1) Relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à Empresa Comum Clean Sky 2 (Marisa Matias); (2) Relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à Empresa Comum Pilhas de Combustível e Hidrogénio 2 (Marisa Matias); (3) Relatório sobre o Relatório anual 2012 do Banco Central Europeu (Marisa Matias); (4) Relatório sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento e que altera as Directivas 77/91/CEE e 82/891/CE do Conselho, as Directivas 2001/24/CE, 2002/47/CE, 2004/25/CE, 2005/56/CE, 2007/36/CE e 2011/35/CE do Conselho e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 (Marisa Matias); (5) Relatório sobre a proposta de directiva do Conselho que aplica uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transacções financeiras (Marisa Matias); (6) Relatório sobre o Roteiro para a Energia 2050, um futuro com energia (Marisa Matias); (7) Relatório sobre a proposta de decisão do Conselho que estabelece o Programa Específico de Execução do “Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)” (Marisa Matias); (8) Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020) (Marisa Matias); (9) Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as Regras de Participação e Difusão relativas ao “Horizonte 2020 – Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020)” (Marisa Matias); (10) Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 294/2008, que estabelece o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (Marisa Matias); (11) Relatório sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo ao Programa de Investigação e Formação da Comunidade Europeia da Energia Atómica (2014-2018) que complementa o Horizonte 2020 - Programa-Quadro

de Investigação e Inovação (Marisa Matias); (12) Recomendação sobre a proposta de decisão do Conselho que autoriza uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transacções financeiras (Marisa Matias); (13) Relatório sobre o desafio microbiano - a ameaça crescente da resistência antimicrobiana (Marisa Matias); (14) Relatório referente à posição do Conselho sobre o projecto de orçamento rectificativo n.º 1/2014 da União Europeia para o exercício de 2014, Secção III – Comissão (Alda Sousa); (15) Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, nos termos do ponto 13 do Acordo Interinstitucional, de 2 de Dezembro de 2013, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, sobre a disciplina orçamental, a cooperação em matéria orçamental e a boa gestão financeira (candidatura «EGF/2012/007 IT/VDC Technologies», Itália) (Alda Sousa); (16) Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, nos termos do n.º 13 do Acordo Interinstitucional, de 2 de Dezembro de 2013, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (candidatura EGF/2012/004 ES/Grupo Santana, Espanha) (Alda Sousa); (17) Relatório sobre as orientações gerais para a elaboração do orçamento de 2015, Secção III – Comissão (Alda Sousa); (18) Relatório sobre a posição do Conselho sobre o projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2014 (Alda Sousa); (19) Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos dispositivos médicos para diagnóstico in vitro (Alda Sousa); (20) Relatório sobre a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos dispositivos médicos e que altera a Directiva 2001/83/CE, o Regulamento (CE) n.º 178/2002 e o Regulamento (CE) n.º 1223/2009 (Alda Sousa); (21) Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos ensaios clínicos de medicamentos para uso humano e que revoga a Directiva 2001/20/CE (Alda Sousa); (22) Relatório sobre a protecção da saúde pública contra os desreguladores endócrinos (Alda Sousa); (23) Relatório sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à transparência das medidas que regulamentam os preços dos medicamentos para uso humano e a sua inclusão nos sistemas nacionais de seguro de saúde (Alda Sousa).

Foram autoras de 2 Pareceres: (1) Parecer sobre a proposta do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros (Marisa Matias) – Parecer Legislativo; (2) Parecer sobre a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

(2014-2020) (Alda Sousa).

Acompanharam como relatoras sombra, 4 Pareceres: (1) Parecer sobre a inovação para um crescimento sustentável: bioeconomia para a Europa (Marisa Matias); (2) Parecer sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, que institui o Fundo de Solidariedade da União Europeia (Alda Sousa); (3) Parecer sobre a preparação dos Estados-Membros para um começo atempado e efectivo do novo período de programação da política de coesão (Alda Sousa); (4) Parecer sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 no que respeita à dotação financeira do Fundo Social Europeu para certos Estados-Membros (Alda Sousa).

Foram autoras de 39 Propostas de Resolução: (1) Proposta de resolução sobre a pressão russa sobre os países da Parceria Oriental e, em particular, a desestabilização da Ucrânia oriental (Marisa Matias); (2) Proposition de résolution sur la situation de certaines communautés vulnérables en Syrie (Marisa Matias e Alda Sousa); (3) Proposition de résolution sur Sécurité et trafic d'être Humain dans le Sinaï (Marisa Matias); (4) Motion for a resolution on launching consultations to suspend Uganda and Nigeria from the Cotonou Agreement in view of recent legislation further criminalising homosexuality (Marisa Matias e Alda Sousa); (5) Proposition de résolution sur la Russie: condamnation de manifestants impliqués dans les événements de la place Bolotnaya (Marisa Matias e Alda Sousa); (6) Proposta de resolução sobre a posição do Parlamento na perspectiva da 25.ª Sessão do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas (Marisa Matias e Alda Sousa); (7) Proposta de resolução sobre a situação na Venezuela (Marisa Matias e Alda Sousa); (8) Proposta de resolução sobre a utilização de «drones» armados (Alda Sousa); (9) Proposta de resolução sobre a situação no Egipto (Marisa Matias e Alda Sousa); (10) Motion for a resolution On the right to education in the Transnistrian region (Alda Sousa); (11) Motion for a resolution on Bahrain, in particular the cases of Nabeel Rajab, Abdulhadi al-Khawaja and Ibrahim Sharif (Marisa Matias e Alda Sousa); (12) Proposta de resolução comum sobre a situação dos defensores de direitos e os activistas da oposição no Camboja e no Laos (Marisa Matias e Alda Sousa) (13) Motion for a resolution on recent elections in Bangladesh (Marisa Matias e Alda Sousa); (14) Proposta de resolução sobre a cidadania europeia à venda (Marisa Matias e Alda Sousa); (15) Proposta de resolução sobre o respeito do direito fundamental à livre circulação na UE (Marisa Matias e Alda Sousa); (16) Proposta de resolução sobre os preparativos do Conselho Europeu de 19 e 20 de Dezembro de 2013 (Marisa Matias e Alda Sousa); (17) Proposta de resolução comum sobre o Qatar: a situação dos trabalhadores migrantes (Marisa Matias e Alda Sousa); (18) Propos-

ta de resolução sobre a situação actual da Agenda de Doha para o Desenvolvimento e os preparativos para a 9.ª Conferência Ministerial da OMC (Marisa Matias e Alda Sousa); (19) Proposta de resolução comum sobre os fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial destaque para os trágicos acontecimentos ao largo de Lampedusa (Marisa Matias e Alda Sousa); (20) Proposta de resolução comum sobre as alegações de transporte e detenção ilegal de prisioneiros em países europeus pela CIA (Marisa Matias e Alda Sousa); (21) Proposta de resolução sobre a situação no Egipto (Marisa Matias); (22) Proposition de résolution sur Nigéria (Marisa Matias e Alda Sousa); (23) Proposta de resolução sobre o programa de vigilância da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA, os serviços e programas de vigilância de vários Estados-Membros e o seu impacto na privacidade dos cidadãos da UE (Marisa Matias e Alda Sousa); (24) Proposta de resolução sobre a situação na Turquia (Marisa Matias e Alda Sousa); (25) Proposition de résolution sur la situation des Musulmans Rohingya (Marisa Matias e Alda Sousa); (26) Proposta de resolução sobre o acordo de parceria e cooperação com o Afeganistão (Marisa Matias e Alda Sousa); (27) Proposta de resolução sobre a preparação do Conselho Europeu (27-28 de Junho de 2013) – acção europeia de combate ao desemprego juvenil (Marisa Matias e Alda Sousa); (28) Proposta de resolução sobre os preparativos para o Conselho Europeu de 27 e 28 de Junho de 2013 - decisões democráticas na futura UEM (Marisa Matias e Alda Sousa); (29) Proposta de resolução comum sobre Guantánamo: greve da fome dos presos (Marisa Matias e Alda Sousa); (30) Proposition de résolution sur le Rwanda: le cas de Victoire Ingabire (Marisa Matias e Alda Sousa); (31) Motion for a resolution on India: The execution of Mohammad Afzal Guru and its implications (Marisa Matias e Alda Sousa); (32) Proposta de resolução sobre as condições de trabalho e as normas em matéria de saúde e segurança na sequência dos incêndios em fábricas e do desmoronamento de um edifício recentemente ocorridos no Bangladeche (Marisa Matias e Alda Sousa); (33) Proposta de resolução sobre a situação dos refugiados sírios nos países vizinhos (Marisa Matias e Alda Sousa); (34) Proposta de resolução sobre a restituição de bens aos países em transição da Primavera Árabe (Marisa Matias e Alda Sousa); (35) Motion for a resolution on Violence against women in India (Marisa Matias e Alda Sousa); (36) Proposta de resolução sobre a aplicação do Acordo de Parceria Económica Provisório entre a Comunidade Europeia e os Estados da África Oriental e Austral, à luz da situação actual no Zimbabué (Marisa Matias e Alda Sousa); (37) Proposta de resolução comum sobre a decisão do governo israelita de expandir os colonatos na Cisjordânia (Marisa Matias e Alda Sousa); (38) Proposta de resolução sobre a situação na Faixa de Gaza (Marisa Matias e Alda Sousa); (39) Proposta de resolução sobre

a próxima Conferência Mundial das Telecomunicações Internacionais (WCIT-12) (Marisa Matias).

Foram promotoras de 3 Declarações Escritas: (1) Declaração escrita sobre os direitos das pessoas com deficiência (Marisa Matias); (2) Declaração escrita sobre a luta contra as elevadas taxas de doenças não transmissíveis nas ilhas (Marisa Matias); (3) Declaração escrita sobre os desafios das doenças neurodegenerativas no local de trabalho (Marisa Matias).

Dirigiram à Comissão Europeia e/ou ao Conselho 42 Perguntas: (1) Abastecimento de água por condutas com amianto e falhas no abastecimento (Marisa Matias e Alda Sousa); (2) Parque de Ciência e Inovação (PCI) nas margens da Ria de Aveiro (Portugal) (Marisa Matias e Alda Sousa); (3) Limitações à actividade piscatória na Ilha da Culatra (Marisa Matias e Alda Sousa); (4) Construção de uma linha de alta tensão entre Portugal e a Galiza (Marisa Matias e Alda Sousa); (5) Bairro do Sobreiro - Maia, Portugal (Marisa Matias e Alda Sousa); (6) VP/HR - Reagrupamento familiar dentro do território de Israel (Marisa Matias e Alda Sousa); (7) VP/HR - Controlo da aplicação das orientações (Marisa Matias e Alda Sousa); (8) VP/HR - demolições em curso por Israel de projectos de ajuda humanitária financiados pela UE (Marisa Matias e Alda Sousa); (9) Prorrogação da detenção na Grécia para além do limite de 18 meses em violação da Diretiva relativa ao repatriamento (Marisa Matias e Alda Sousa); (10) Riscos do trabalho no sector automóvel (Marisa Matias); (11) VP/HR - Os direitos das mulheres detidas no Egipto (Marisa Matias e Alda Sousa); (12) Abate ilegal de árvores no Alqueva e incumprimento de legislação comunitária (Marisa Matias e Alda Sousa); (13) Incumprimento pelo Estado Português da legislação relativa à identificação dos riscos da exposição ao amianto para os trabalhadores (Marisa Matias e Alda Sousa); (14) Contaminação da Ribeira da Pantanha (Nelas, Portugal) por descargas de efluentes industriais (Marisa Matias); (15) Incineradores de resíduos urbanos nos Açores (Marisa Matias e Alda Sousa); (16) Soprattutto Café, SA (Alda Sousa); (17) Direitos de pessoas com deficiência (Marisa Matias); (18) Processo por infracção contra a Espanha devido à sua legislação sobre o crédito hipotecário (Marisa Matias e Alda Sousa); (19) Estaleiros Nacionais de Viana do Castelo (Marisa Matias); (20) Avaliação do risco dos produtos fitofarmacêuticos para as abelhas (Marisa Matias); (21) Cidadãos europeus sujeitos a escravatura no espaço da UE (Marisa Matias e Alda Sousa); (22) Incumprimento pelo Estado português da legislação relativa à identificação dos riscos da exposição ao amianto para os trabalhadores (Marisa Matias e Alda Sousa); (23) Parque de Ciência e Inovação nos concelhos de Aveiro e Ílhavo (Marisa Matias e Alda Sousa); (24) Exploração de filão de ouro a céu aberto em Zona de Protecção Especial, integrante da Rede Natura 2000 (Marisa Matias e Alda Sousa); (25) Declarações do

Representante da Comissão Europeia sobre o Tribunal Constitucional de Portugal (Marisa Matias e Alda Sousa); (26) Violação da legislação europeia pela STCP (Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.) (Marisa Matias e Alda Sousa); (27) Cooperativas - Acesso ao financiamento e aplicação dos princípios cooperativos da ACI (Alda Sousa); (28) Expulsão de 15 portugueses de uma residência social no Luxemburgo (Marisa Matias); (29) Estado de direito e os direitos humanos na Rússia com particular atenção à xenofobia e à homofobia (Marisa Matias e Alda Sousa); (30) Negociações do TTIP face ao escândalo PRISM (Marisa Matias e Alda Sousa); (31) VP/HR - Violações dos direitos dos palestinianos e a questão da retirada de residência em Jerusalém (Alda Sousa); (32) VP/HR - Detenção do Presidente da Bolívia, Evo Morales, na Europa (Marisa Matias e Alda Sousa); (33) Retenção do Presidente da Bolívia, Evo Morales, na Europa (Marisa Matias e Alda Sousa); (34) Encerramento da televisão estatal na Grécia (Marisa Matias e Alda Sousa); (35) O número de emergência europeu 112: não aplicação da Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de julho de 2011, e artigo 26.º da Directiva 2009/136/CE (Marisa Matias); (36) Ação da UE na sequência da resolução do Parlamento Europeu sobre as medidas para fazer face à epidemia de diabetes (Marisa Matias); (37) Privatização da ANA (Marisa Matias); (38) Crescimento da UE (Marisa Matias); (39) Medidas da UE para combater a evasão fiscal, a fraude fiscal e os paraísos fiscais (Marisa Matias e Alda Sousa); (40) Exploração de ouro em sítio da Rede Natura 2000 no Alentejo, Portugal (Marisa Matias e Alda Sousa); (41) VP/HR - Violência em Laayoune (Sara Ocidental ocupado): repressão de manifestantes sarauís e expulsão de observadores espanhóis e noruegueses (Marisa Matias e Alda Sousa); (42) Surto de dengue na Madeira (Marisa Matias e Alda Sousa).

Fizeram 170 intervenções em plenário (incluindo declarações de voto):

Marisa Matias: Enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento; Sistemas de garantia de depósitos; Mercado único europeu das comunicações electrónicas; Medidas destinadas a reduzir o custo da implantação de redes de comunicações electrónicas de elevado débito; Identificação electrónica e serviços de confiança para as transacções electrónicas no mercado interno; Restruturação da dívida portuguesa; O papel e as operações da troika relativamente aos países do programa da zona euro; O emprego e os aspectos sociais do papel e das operações da troika; Espaço ferroviário europeu único; Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Análise Anual do Crescimento 2014 - Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aspectos sociais e relativos ao emprego; Governação do mercado único; Um quadro para as políticas de clima e de energia em 2030; A resolução de instituições de crédito

e de certas empresas de investimento no quadro de um Mecanismo Único de Resolução e de um Fundo Único de Resolução Bancária; Condições de entrada e de residência de nacionais de países terceiros para efeitos de trabalho sazonal; Respeito pelo direito fundamental à livre circulação na UE; Estratégia da UE para os sem-abrigo; Relatório anual do Banco Central Europeu relativo a 2012; Preparação para o Conselho Europeu (19-20 de Dezembro de 2013); Acordo de Parceria no domínio da pesca UE-Marrocos: Protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira; Estaleiros navais de Viana do Castelo; Disposições comuns relativas aos fundos europeus; Horizonte 2020 - Programa-Quadro de Investigação e Inovação (2014-2020); Regras de Participação e Difusão relativas ao «Horizonte 2020»; Programa Específico de execução do Horizonte 2020; Programa Estratégico de Inovação do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (vários); Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020; Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura FEG/2013/004ES/ Comunidade Valenciana - building materials, Espanha); Programa «Erasmus para Todos»; Comunicações eletrónicas - Propostas recentes para a realização do mercado único digital; Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa; Suspensão do Acordo SWIFT por causa da vigilância exercida pela NSA; Projecto de orçamento rectificativo n.º 6/2013; Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas; Saúde e direitos sexuais e reprodutivos; Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras; As alegações de transporte e detenção ilegal de prisioneiros em países europeus pela CIA; Requisitos técnicos e procedimentos administrativos para as operações aéreas; Medidas da UE e dos Estados-Membros para fazer face ao fluxo de refugiados na sequência do conflito na Síria; Fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins; Realização do Espaço Europeu da Investigação até 2014; Autoridade Europeia de Supervisão e supervisão prudencial das instituições de crédito; Atribuições específicas do BCE no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito; A dimensão marítima da Política Comum de Segurança e Defesa; As estruturas militares da UE: situação actual e perspectivas futuras; Estratégia de Segurança Interna da UE; Promover os sectores culturais e criativos europeus enquanto fontes de crescimento económico e emprego; Situação na Síria; Contratos de crédito para imóveis de habitação; Abuso de informação privilegiada e manipulação de mercado (abuso de mercado); Delegação a Fukushima; Balanço da Presidência irlandesa, incluindo o acordo do QFP; O Estatuto dos Funcionários e o Regime aplicável aos outros agentes da UE; Aplicar uma cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transacções financeiras; A reforma estrutural do sector bancário da UE;

A liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social no mundo; Pilar social da União Económica e Monetária; Luta contra a fraude fiscal, a evasão fiscal e os paraísos fiscais; Situação dos refugiados sírios nos países vizinhos; Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis; Atribuições específicas do BCE no que diz respeito às políticas relativas à supervisão prudencial das instituições de crédito - Autoridade Europeia de Supervisão e supervisão prudencial das instituições de crédito; Actividades de prospecção, exploração e produção offshore de petróleo e gás; Relatório Anual do Banco Central Europeu para 2011 (várias); Regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa; Inconstitucionalidade das medidas da Troika; Resolução de litígios de consumo em linha; Supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros afetados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira na área do euro; Acompanhamento e avaliação dos projetos de planos orçamentais e correção do défice excessivo dos Estados-Membros da área do euro; Roteiro para a Energia 2050; Orientações para o orçamento de 2014 - Outras secções que não a Comissão; Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Análise Anual do Crescimento para 2013; Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas: Aspectos sociais e relativos ao emprego na Análise Anual do Crescimento para 2013; A governação do mercado único (várias); Melhorar o acesso das PME ao financiamento; Finanças Públicas na UEM - 2011 e 2012; Situação na Síria; Agências de notação de risco - Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários (OICVM) e gestores de fundos de investimento alternativos; Viabilidade da introdução de obrigações de estabilidade; Relatório referente à posição do Conselho sobre o Projecto de orçamento rectificativo n.º 6/2012 da União Europeia para o exercício de 2012, Secção III – Comissão; Relatório relativo à posição do Conselho sobre o novo Projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2013 - todas as secções; Situação no Egipto; Relatório sobre o financiamento das trocas comerciais e dos investimentos das PME por parte da UE: acesso facilitado ao crédito no apoio à internacionalização; Cooperação reforçada no domínio do imposto sobre as transacções financeiras; Reunião do ECOFIN: muito FIN e nada ECO; Rumo a uma verdadeira União Económica e Monetária; Relatório sobre o sistema bancário paralelo; Impactos ambientais das actividades de extracção de gás de xisto e de óleo de xisto; Aspectos industriais, energéticos e outros ligados ao gás e ao petróleo de xisto; Relatório sobre a proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos mercados de instrumentos financeiros, que revoga a Directiva 2004/39/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (reformulação); Relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos mercados de instrumentos finan-

ceiros, que altera o Regulamento [EMIR] relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transacções; Relatório sobre a proposta de directiva do Conselho relativa à protecção consular dos cidadãos da União no estrangeiro; Relatório sobre o Relatório da UE de 2011 sobre a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento; Semestre Europeu para a coordenação das políticas económicas: aplicação das prioridades para 2012; Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020 - Recurso próprio baseado no imposto sobre o valor acrescentado.

Alda Sousa: Paquistão: casos recentes de perseguição; Síria: situação de determinadas comunidades vulneráveis; Escassez alarmante de pagamentos para o financiamento da ajuda externa da UE; Demolição na Cisjordânia, por Israel, de projectos de ajuda humanitária construídos com fundos europeus; Ensaios clínicos de medicamentos para uso humano; Orientações gerais para a elaboração do orçamento de 2015 - Secção III; As remunerações e as pensões dos funcionários e outros agentes da União Europeia (ajustamento a partir de 1 de Julho de 2011); Produção e disponibilização no mercado de material de reprodução vegetal

(legislação aplicável ao material de reprodução vegetal); Situação no Iraque; Terceiro programa de acção da UE no domínio da saúde (2014-2020); Mulheres migrantes sem documentos na União Europeia; A homofobia e a discriminação com base na orientação sexual e na identidade de género; SNS em Portugal; Venda da cidadania da UE; As recentes eleições no Bangladesh; Medidas recentes para a criminalização das pessoas LGBTI; Mecanismo de Protecção Civil; Saúde e direitos sexuais e reprodutivos; Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização 2014-2020; Disposições comuns relativas aos fundos europeus; Procedimento orçamental de 2014: texto conjunto; Quadro Financeiro Plurianual para o período 2014-2020; Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (candidatura FEG/2013/004ES/Comunidade Valenciana - building materials, Espanha); Programa «Erasmus para Todos»; Relatório de avaliação da Troika; Fluxos migratórios no Mediterrâneo, com especial atenção aos acontecimentos trágicos de Lampedusa; Suspensão do Acordo SWIFT por causa da vigilância exercida pela NSA; Projecto de orçamento rectificativo n.º 6/2013; Dispositivos médicos para diagnóstico in vitro; Dispositivos médicos; Projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2014; Saúde e direitos sexuais e reprodutivos; Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR); As alegações de transporte e detenção ilegal de prisioneiros em países europeus pela CIA; Requisitos técnicos e procedimentos administrativos para as operações aéreas; Medidas da UE e dos Estados-Membros para fazer face ao fluxo de refugiados na sequência do conflito na Síria; Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização:

candidatura EGF/2011/025IT/Lombardia - Itália; Fabrico, apresentação e venda de produtos do tabaco e produtos afins; A dimensão marítima da Política Comum de Segurança e Defesa; As estruturas militares da UE: situação actual e perspectivas futuras

- Estratégia de Segurança Interna da UE; Promover os sectores culturais e criativos europeus enquanto fontes de crescimento económico e emprego; Projecto de orçamento rectificativo n.º 2/2013 - Aumento da previsão de outras receitas provenientes de multas e sanções - Aumento das dotações de pagamento; Projecto de orçamento rectificativo n.º 3/2013 - Excedente resultante da execução do exercício de 2012; Projecto de orçamento rectificativo n.º 4/2013 - Pessoal da Agência do GNSS Europeu, Pessoal da Agência de Execução relativa à Educação, ao Audiovisual e à Cultura (EACEA), Pessoal do Tribunal de Justiça da União Europeia; Projecto de orçamento rectificativo n.º 5/2013 - Intervenção do Fundo de Solidariedade

na sequência das inundações de 2012 na Eslovénia, na Croácia e na Áustria; Projecto de orçamento rectificativo n.º 2/2013 - Aumento da previsão de outras receitas provenientes de multas e sanções - Aumento das dotações de pagamento; A Troika sequestra a democracia; Programas de vigilância da NSA dos EUA, serviços de informações de vários

Estados-Membros e impacto na privacidade dos cidadãos da UE; Disposições práticas para a realização das eleições europeias de 2014; A abertura de negociações tendo em vista um acordo multilateral sobre serviços; Balanço da Presidência irlandesa, incluindo o acordo do QFP; Conclusões da reunião do Conselho Europeu (27 e 28 de junho de 2013); O Estatuto dos Funcionários e o Regime aplicável aos outros agentes da UE; Situação na Turquia; Negociações do acordo sobre trocas comerciais e investimento da UE com os EUA; Luta contra a fraude fiscal, a evasão fiscal e os paraísos fiscais; Recuperação de bens para os países da Primavera Árabe em transição; Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis; Devolver a palavra aos cidadãos, eleições antecipadas; Impacto da crise económica e financeira nos direitos humanos; Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2012/023 IT/Antonio Merloni SpA; Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2011/016 IT/Agile, Itália; Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2011/010 AT/Austria Tabak, Áustria; Calendário dos leilões de licenças de emissão de gases com efeito de estufa; Regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa; Previsão de receitas e despesas para o exercício de 2014 - Secção I - Parlamento; Preparação da reunião do Conselho Europeu (14 e 15 de Março de 2013); Resolução de litígios de consumo em linha; Orientações para o orçamento de

2014 - Secção III; Preparação da reunião do Conselho Europeu (7 e 8 de Fevereiro de 2013); Transparência das medidas que regulamentam os preços dos medicamentos para uso humano; Orientações para o orçamento de 2014 - Outras secções que não a Comissão; Que se lixe a Troika, 2 de março em Portugal; Relatório referente à posição do Conselho sobre o projecto de orçamento rectificativo n.º 6/2012 da União Europeia para o exercício de 2012, Secção III – Comissão; Relatório relativo à posição do Conselho sobre o novo projecto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2013 - todas as secções; Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, nos termos do ponto 28 do Acordo Interinstitucional, de 17 de maio de 2006, entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira (candidatura «EGF/2012/006 FI/ Nokia Salo», Finlândia); Relatório sobre o financiamento das trocas comerciais e dos investimentos das PME por parte da UE: acesso facilitado ao crédito no apoio à internacionalização; Projecto de orçamento rectificativo n.º 6/2012 - Novo orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2013 - todas as secções; Preparação do Conselho Europeu (22-23 de Novembro de 2012) com particular referência ao Quadro Financeiro Plurianual; Massacre em Gaza; Relatório sobre a proposta de directiva do Conselho relativa à protecção consular dos cidadãos da União no estrangeiro; Relatório sobre o Relatório da UE de 2011 sobre a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento; Relatório sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao Ano Europeu dos Cidadãos (2013); Relatório sobre os direitos dos passageiros em todos os modos de transporte; Recomendação sobre um projecto de decisão do Conselho relativa à celebração de um Protocolo ao Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Estado de Israel, por outro, sobre a Avaliação da Conformidade e a Aceitação de Produtos Industriais (CAA); Orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2013 - todas as secções.

No mandato iniciado em Julho de 2014, o Bloco de Esquerda está apenas representado por uma deputada, Marisa Matias. A parte inicial do mandato foi substancialmente dedicada a negociações internas e à constituição das comissões e das delegações parlamentares. Em resultado, a deputada do Bloco foi eleita coordenadora do Grupo Parlamentar GUE/NGL para os assuntos económicos e monetários (ECON), sendo membro titular dessa mesma comissão parlamentar e membro suplente da Comissão de Indústria, Investigação e Energia (ITRE). Em Outubro, disputará a eleição para a presidência da delegação dos países do Maxereque (Líbano, Síria, Egípto e Jordânia).

As atividades políticas desenvolvidas nos dois meses de exercício efectivo centraram-se nas questões económicas e monetárias e no conflito Israel-Palestina, em consequência dos ataques a Gaza ocorridos no Verão passado. A deputada participou já em vários debates parlamentares sobre estas questões, assim como questões relativas ao funcionamento da Zona Euro ou da política europeia de investigação.

Em Setembro integrou a primeira delegação parlamentar que tentava entrar em Gaza após o conflito, o que viria a ser negado pelas autoridades israelitas. Acolheu ainda uma sessão sobre as conclusões do Tribunal Russell para a Palestina.

Enquanto relatora sombra foi já nomeada para seguir enquanto relatora sombra mais de uma dezena de relatórios, quer nas áreas económicas, quer nas áreas da investigação ou da agenda digital. Apresentou já 7 resoluções a votação plenárias em questões diversas como o conflito Israel-Palestina ou o problema do ébola.

Foi ainda nomeada “standing rapporteur” do Parlamento Europeu para o Grupo de Monitorização das negociações do Acordo Transatlântico entre EUA e UE.

Em resultado do trabalho realizado no mandato anterior, foi ainda apontada para a Vice-Presidência da Aliança Europeia de Alzheimer.

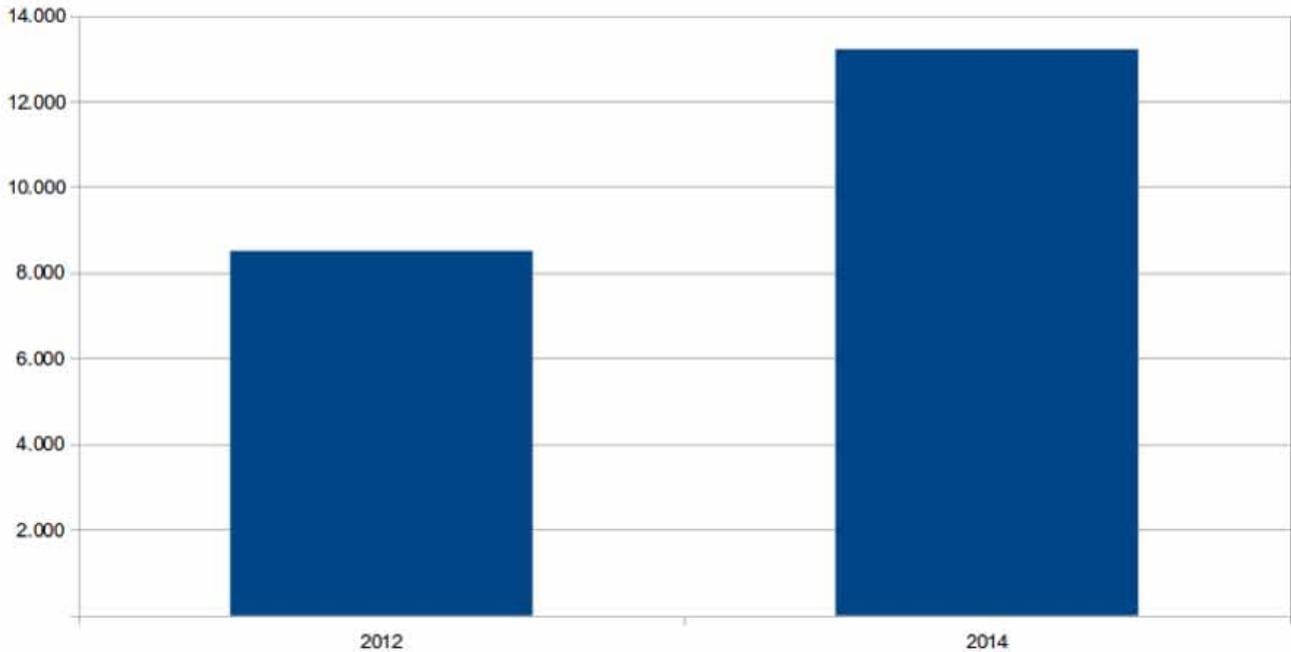
De 1 de Julho de 2014 a 30 de Setembro de 2014 (8ªLegislativa), a deputada do Bloco de Esquerda:

Foi nomeada relatora sombra de 13 Relatórios: (1) TTIP; (2) Semestre Europeu para a coordenação da política económica (2014); (3) Índices usados como benchmarks nos instrumentos e contratos financeiros; (4) Regulamento sobre os poderes do BCE para impor sanções; (5) Regulamento sobre a recolha de informação estatística pelo BCE; (6) Instituições de crédito e firmas de investimento: enquadramento para a recuperação e resolução; (7) Directivas sobre os poderes da European Insurance and Occupational Pensions Authority; (8) Supervisão financeira: sanções criminais para insider dealing e manipulação de mercado; (9) Supervisão financeira: abuso de mercado; (10) Regulamento das Agências de Rating; (11) Mercado europeu único para as comunicações electrónicas tendo em vista um continente conectado; (12) Soluções para administrações públicas Europeias, negócios e cidadãos; (13) Estratégia Europeia para a segurança energética.

Foi autora de 7 Propostas de Resolução: (1) Proposta de resolução sobre a situação no Iraque e na Síria e a ofensiva do EIL; (2) Proposta de resolução sobre a resposta da UE ao surto de ébola; (3) Proposta de resolução sobre “Israel-Palestina após o conflito de Gaza e o papel da UE”; (4) Motion for a resolution on human rights violations in Bangladesh; (5) Proposition de résolution sur Azerbaïdjan et la persécution des militants des droits de

Esquerda.net - Média de visitas

Janeiro/setembro 2012/2014



l'Homme; (6) Proposta de resolução sobre a escalada da violência entre Israel e a Palestina; (7) Proposta de resolução sobre a situação no Iraque.

Fez 7 Intervenções em Plenário: (1) Preparação da Cimeira da zona euro; (2) Israel-Palestina após o conflito de Gaza e papel da UE; (3) Escassez estrutural de pagamentos no orçamento do Programa-Quadro Horizonte 2020; (4) Acesso a medicamentos vitais na Europa; (5) Liberdade de expressão e de reunião no Egito; (6) Escalada da violência entre Israel e a Palestina; (7) Conclusões do Conselho Europeu (de 26 e 27 de junho de 2014).

Outras actividades: Delegação a Israel e aos territórios ocupados da Palestina (Tel Aviv, Jerusalém, Ramallah, Hebron, Belém); Organização da sessão de apresentação das conclusões do Tribunal Russell para a Palestina com Ken Loach, Roger Waters, David Sheen, Richard Falk, Vandana Shiva, Max Blumenthal, Mohamed Omer e Michael Mansfield.

8. Organização e comunicação

8.1 Blocoesfera

Desde a oitava Convenção, procedemos a uma alteração importante no esquerda.net, facilitando a sua acessibilidade aos telemóveis e smartphones. Essa mudança sofreu, no entanto, atrasos. Por razões técnicas, só pôde ser implementada em abril de 2014 e as suas potencialidades ainda não estão plenamente utilizadas. Os sites distritais também continuaram a ser mudados para a

versão drupal, havendo, contudo, diversos distritos que ainda não conseguimos mudar, quer por razões técnicas, quer por razões organizativas.

Desde a oitava Convenção, o esquerda.net prosseguiu a sua atividade como portal de informação alternativa, tendo tido neste período (ano de 2013 e nove primeiros meses de 2014) mais de 9 milhões de visitas. No ano de 2013, verificou-se uma significativa subida em relação a 2012. Nos primeiros nove meses de 2014 houve uma ligeira queda, face ao ano anterior.

Nesses nove meses de 2014, o esquerda.net teve mais de 3,5 milhões de visitas. A média de visitas por dia em 2014 é superior a 13.000 (na oitava convenção esse valor era de pouco mais de 7.500 visitas por dia). A blocoesfera (que inclui além do esquerda.net, o bloco.org, o beparlamento.net e os sites distritais do Bloco) teve cerca de 4,5 milhões de visitas e 22 milhões de páginas visitas nos primeiros nove meses de 2014.

Nas redes sociais, a nossa presença, tal como as adesões às nossas páginas, continuou a crescer significativamente. No facebook, passámos de pouco mais de 10.000 amigos para mais de 25 mil. No twitter, passámos de 6.542 seguidores para 9.584 seguidores. Temos atualmente mais de 18 mil twittadas. No flickr, temos atualmente 3.060.113 visualizações de fotos (na oitava convenção tínhamos 1,8 milhões de visualizações).

No total, os nossos vídeos têm atualmente 2,7 milhões de visualizações (na oitava convenção este valor era de 1,7 milhões). Os vídeos e as respetivas visualizações têm em conta o nosso primeiro perfil (lleiria), que deixámos

de atualizar, mas continua a ter visualizações, e o perfil que usamos atualmente (esquerda.net). No youtube, foram carregados até hoje 903 vídeos no esquerda.net e 518 no perfil atualmente inativo. Atualmente, temos 2.137 subscritores do nosso canal de vídeo (esquerda.net). O total de minutos visualizados pelos espectadores deste canal é de 2.202.629 (o equivalente a 4 anos e 68 dias contínuos).

8.2 Material Gráfico e Publicações

Ao longo do mandato da Mesa Nacional o Bloco envolveu-se em diversas campanhas e ajudou na mobilização de várias manifestações, o que determinou a criação de numerosos materiais gráficos para impressão ou publicação on-line. Criámos materiais gráficos para o Encontro Autárquico, para o Encontro do Trabalho, para a conferência sobre o Euro, para o Inconformação, para os Socialismo 2013 e 2014 e para campanha contra o encerramento dos tribunais e contra o encerramento de escolas.

Foram editadas cinco edições da revista Virus, que totalizaram 3500 exemplares.

Para celebrar os 15 anos do Bloco de Esquerda, editou-se o livro “A nossa Europa” com uma tiragem de 1500 exemplares que reúne textos do Miguel Portas sobre a Europa e os seus caminhos.

Desde novembro de 2012, lançámos 19 edições de mupis, 7 dos quais sobre temas regionais. No mesmo período foram colocadas 11 edições de cartazes outdoor 8x3, cinco das quais para dar suporte às campanhas autárquica e europeia e uma para dar visibilidade ao festival Desobedoc no Porto.

Foram editadas dez edições do jornal Bloco, resultando numa tiragem total de quase dois milhões de exemplares. As campanhas eleitorais representaram quase metade desse esforço.

8.3 Aderentes

Desde a última convenção o Bloco teve um crescimento de 1239 militantes, passando de 8025 para 9264 aderentes.

Distrital	Aderentes em 06/09/2012	Aderentes em 07/09/2014
Açores	234	313
Aveiro	560	704
Beja	132	146
Braga	614	693
Bragança	92	129
Castelo Branco	102	116
Coimbra	360	412
Europa	44	56
Évora	71	89
Faro	352	416
Guarda	88	96
Leiria	234	253
Lisboa	1922	2175
Madeira	363	391
Mundo	5	5
Portalegre	74	161
Porto	1180	1386
Santarém	367	392
Setúbal	800	866
Viana do Castelo	65	73
Vila Real	53	53
Viseu	313	339
Total	8025	9264

Com a seguinte proporção de género:

Homens em 06/09/2012 5732 67,32%
 Mulheres em 06/09/2012 2782 32,68%

Homens em 07/09/2014 6252 67,49%
 Mulheres em 07/09/2014 3012 32,51%

8.4 Estruturas Distritais

A continuação do crescimento do Bloco de Esquerda nas concelhias e distritais foi importante e esse trabalho teve reflexo na realização de dezenas de processos eleitorais.

Foram realizadas, neste mandato da Mesa Nacional, eleições distritais/regionais em: Açores, Aveiro, Beja, Braga, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal e Viseu.

No que toca a eleições concelhias, no mesmo período, realizaram-se em:

Açores - Faial e Terceira;

Aveiro - Aveiro e Santa Maria da Feira;

Beja - Beja;

Braga - Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão;

Castelo Branco - Cova da Beira;

Coimbra - Coimbra, Figueira da Foz e Lousã;

Faro - Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Portimão, Tavira, Vila Real de Santo António, Caldas da Rainha, Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas, Oeiras, Sintra e Torres Vedras;

Portalegre - Campo Maior, Elvas, Nisa, Ponte de Sor, Portalegre;

Porto - Gondomar, Maia, Vale do Sousa, Valongo e Vila Nova de Gaia;

Santarém - Santarém

Setúbal - Almada, Barreiro, Palmela, Seixal e Setúbal;

Viana do Castelo - Viana do Castelo;

Viseu - São Pedro do Sul e Viseu;

8.5 Rede de sedes

Porque mantivemos o esforço de racionalização dos recursos, o número de sedes não se alterou substancialmente.

Desta forma, no distrito de Setúbal encerrou a sede da Quinta do Conde e abriu-se a sede do Montijo; em Portalegre abriu-se a sede de Campo Maior que é partilhada com a concelhia de Elvas; e em Viseu abriu-se a sede de Lafões.

No total, durante este período, o Bloco de Esquerda reduziu o número de sedes concelhias de 81 para 80.

9. Finanças

O mandato da presente Mesa Nacional foi marcado

pela realização de duas eleições nacionais: as Eleições Autárquicas, em Outubro de 2013, e as Eleições Europeias, em Maio de 2014. Quanto à atividade política regular, as condições de financiamento mantiveram-se sensivelmente inalteradas face ao mandato anterior, tendo sido determinadas pelos resultados das Eleições legislativas de 2011.

O exercício de 2012, no qual não houve qualquer ato eleitoral nacional, terminou com um resultado positivo de 140 mil euros, valor que foi praticamente equivalente à amortização do empréstimo da sede nacional que ainda se encontrava pendente. Assim, nesse ano podemos dizer que a atividade foi equilibrada no que diz respeito a receitas e despesas, sendo o excedente gerado dirigido para esse investimento. Em Dezembro de 2012, o empréstimo de aquisição da sede nacional foi totalmente amortizado.

Em 2013, foi também possível manter os gastos regulares abaixo das receitas regulares, de modo a fazer face a despesas de grande volume, nomeadamente o custo para o partido da campanha eleitoral autárquica. Os resultados gerais do partido, excetuando campanhas eleitorais, atingiram um valor positivo de 190 mil euros. Estes valores permitiram que se mantivessem níveis de atividade próximos do exercício anterior, nomeadamente no que diz respeito a gastos com propaganda e principais atividades (acampamento de jovens e fórum socialismo, por exemplo). Mantiveram-se também inalterados os valores de apoio às estruturas distritais e regionais.

Se juntarmos a estes valores o custo geral da campanha autárquica, cujo impacto negativo é de 270 mil euros, o resultado geral do exercício será de 80 mil euros negativos. Este é o primeiro resultado negativo do Bloco de Esquerda dos últimos anos, mas está dentro dos valores previstos no orçamento aprovado para 2013 que previa que o prejuízo geral pudesse atingir os 187 mil euros.

No que diz respeito ao exercício de 2014, as eleições europeias tiveram um impacto negativo de 40 mil euros, ou seja, 60 mil euros abaixo do orçamentado. No entanto, este efeito positivo foi anulado pelos resultados obtidos que permitem antever uma descida de receitas relacionadas com donativos de eleitos, ao mesmo tempo que algumas despesas de atividades regular se revelaram superiores ao esperado. A título de exemplo, podemos mencionar o acampamento Liberdade 2014, cujos custos do parque de campismo se revelaram mais elevados do que o que tem acontecido em anos anteriores, por fatores externos ao Bloco. A própria convenção Nacional deverá ter custos superiores aos valores registados em 2012.

Assim, espera-se que os valores finais do exercício se mantenham negativos, mas possivelmente um pouco

abaixo dos 200 mil euros orçamentados.

Apesar de 2013 e 2014 apresentarem resultados negativos, a gestão de tesouraria tem decorrido sem interrupções de liquidez embora se registem, ocasionalmente, períodos de maior dificuldade. Dadas as características das eleições de 2013 e 2014 e o facto de ter havido uma redução de 20% dos valores de subvenção estatal para campanhas, sabia-se que não seria possível que as subvenções cobrissem todos os custos das duas campanhas. Como é sabido, as eleições são financiadas inicialmente pelos partidos, sendo a subvenção estatal recebida apenas alguns meses após as eleições. Neste contexto, o partido tem optado por manter uma gestão das suas finanças, que lhe permitisse manter valores de reserva para fazer face ao esforço de tesouraria resultante das eleições previstas (sobretudo as autárquicas) e também estar preparado para fatores imprevistos como, por exemplo, eventuais eleições legislativas antecipadas. Em 2013 foi ainda contraído um empréstimo de 800 mil euros - 200 mil euros a um ano e 600 mil euros a 3 anos. Numa fase inicial, este empréstimo foi utilizado para suportar as despesas das eleições autárquicas, tendo mais tarde sido também utilizado para financiar a campanha das eleições europeias. Parte deste valor foi já amortizado com a receção da subvenção das Eleições Autárquicas e pretende-se amortizar totalmente os valores remanescentes, quando for recebida a tranche final da subvenção das Europeias. Neste momento este passivo situa-se nos 244 mil euros, sendo que o valor a receber de subvenção será de cerca de 140 mil euros.

Note-se que este passivo bancário é a única dívida a realçar do Bloco de Esquerda. A relação com fornecedores tem sido regular, não se verificando quaisquer dívidas de relevo ou com atrasos no pagamento. Também os empréstimos contraídos pelas distritais para despesas das campanhas autárquicas se encontram sanados.